



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 24 - Nº 478 - DE 15 A 29 DE JUNHO DE 2014 - R\$ 3,00

Todo apoio aos metroviários de São Paulo!



**Brutal repressão às manifestações contra a Copa:
Unificar as lutas sobre uma plataforma de reivindicações**



Oposição revolucionária a Dilma

Política Operária

Todo apoio aos metroviários de São Paulo

Diante da greve massiva dos metroviários, Geraldo Alckmin recorreu à Lei anti-operária e à Tropa de Choque. Bastaram apenas quatro dias de paralisação para o tribunal decretar a “abusividade” e exigir o cumprimento de uma legislação que impossibilita o direito de greve. A “abusividade” foi decretada porque os metroviários se recusaram a trabalhar 100% nos horários de pico, conforme ordem da juíza, e que na prática era não ter greve. A juíza impôs uma multa de R\$ 100 mil diários ao sindicato, o tribunal, ao julgar a greve, determinou R\$ 500 mil diários de multa. Mais uma vez, fica evidente que é necessária a unidade do movimento sindical para derrubar a Lei protetora do capital. Não há, de fato, direito de greve no Brasil. A sua regulamentação condena antecipadamente a luta dos assalariados à derrota. Dá aos tribunais ampla margem para os juízes atenderem aos interesses dos capitalistas e dos seus governos. É o que acabamos de presenciar com a greve dos metroviários.

O argumento de que se trata de uma ação contra a população serve duplamente para justificar a aplicação da lei repressiva e para convencê-la de apoiar a violência judicial e policial contra os trabalhadores grevistas.

O governo e a imprensa burguesa lançaram uma gigantesca campanha contra o direito de greve dos metroviários e em favor do direito individual de ir e vir dos usuários. Não se trata, porém, de um caso particular. A campanha burguesa do direito individual contra o direito coletivo das massas vem sendo propagandeada contra as manifestações de rua.

Não há nada de estranho neste ataque às liberdades políticas dos oprimidos. A burguesia e suas instituições não fazem outra coisa senão se defenderem da luta de classes dos explorados. O que devemos estranhar e rechaçar é a subserviência das Centrais sindicais, dos sindicatos, das organizações estudantis e de grande parte das esquerdas diante da lei antidemocrática e autoritária.

Se se trata da greve dos professores, os governos a desconhecem e fazem com que se prolongue por muito tempo. Se se trata da greve nos transportes, agem imediatamente com violência e procuram abreviá-la ao máximo. Tanto a greve dos professores quanto a dos metroviários atingem a população. Mas por que os governos não se importam se os filhos dos trabalhadores terão ou não aulas? Porque é justamente a greve que atinge de fato a população. Se os governos estivessem empenhados na aprendizagem e elevação cultural das massas, atenderiam rapidamente as reivindicações ou então partiriam para a violência jurídico-policial.

E no caso dos transportes? A população não é atingida diretamente. A imensa maioria não consegue chegar ao trabalho ou chega atrasada. O atingido diretamente é o pa-

trão, que necessita da presença do trabalhador. Certamente, punirá os seus assalariados que não chegam ao trabalho. A burguesia, assim, usa o direito de ir e vir contra o direito de greve para proteger única e exclusivamente os negócios da burguesia.

Sempre os governos, a burguesia e a imprensa tudo farão para jogar a população oprimida contra as greves e manifestações. Trata-se do poder econômico agindo para dividir os explorados, para jogar uns contra os outros e para justificar as leis anti-operárias (violência jurídico-policial). O certo é que as greves e as manifestações coletivas por reivindicações próprias dos explorados sempre estarão a favor da população. Também é certo que a derrota de uma greve sempre estará a favor da classe capitalista e contra a população.

No caso dos metroviários, o conflito pelo reajuste salarial expressou um choque mais amplo entre explorados e exploradores. No caso de uma vitória dos trabalhadores, outros setores se apoiariam nela para reforçar suas reivindicações e ganhar confiança na luta coletiva. O patronato se enfileirou para pressionar seu governo a ser intransigente, reprimir a greve e atacar as lideranças com demissões por justa causa. A tropa de choque foi mobilizada para arrancar os piquetes e dissolver as manifestações de apoio de outros setores aos metroviários. Chegou a prender e torturar um estudante que pretendia um protesto pacífico de se acorrentar à Secretaria de Segurança Pública. A derrota dos metroviários e a intransigência do governo quanto a reverter as demissões por justa causa jogam contra as próximas campanhas salariais e movimentos.

As massas somente poderão ver e entender essa lei da luta de classes caso sejam politizadas no processo de luta. Essa tarefa cabe às organizações do proletariado. A ausência de uma ampla campanha nesse sentido permite ao governo e a imprensa falsificar a realidade.

Alckmin aproveitou as circunstâncias para demitir 42 grevistas por justa causa. A assembleia do dia 9 suspendeu a greve. O que dificulta impor ao governador a revogação das demissões. Trata-se de levar a campanha para os movimentos. Está colocada uma ampla denúncia da repressão desfechada pelo governo do PSDB. O Partido Operário Revolucionário se posicionou pela defesa e pela vitória dos metroviários. Assume a bandeira da assembleia de “Nenhuma demissão”. Chama os trabalhadores e a juventude a lutar pela derrubada da lei anti-greve.

Abaixo as demissões de Alckmin!

Pela readmissão dos grevistas!

Pelo direito irrestrito de greve!

Derrubar a legislação anti-operária e antipopular!

Protestos contra a Copa são reprimidos pelo país

Pelo menos dez capitais pelo país tiveram protestos contra a Copa. A repressão foi dura em São Paulo, Rio, Belo Horizonte, Porto Alegre e Brasília, com dezenas de prisões.

São Paulo: Tropa de Choque de Alckmin não permite nem mesmo as passeatas

Em São Paulo, estavam programadas duas concentrações: uma no metrô Carrão (chamada pelo coletivo “Se não tiver direitos, não vai ter copa”) e outra em frente ao Sindicato dos Metroviários (a duas quadras de distância – chamada pela Conlutas/Intersindical e Espaço Unidade de Ação). Ambas pretendiam caminhar pela Radial Leste até o estádio de abertura da Copa.

A concentração no Carrão não ultrapassou cinco minutos do horário programado. Às 10h05min, a Tropa de Choque iniciou uma ofensiva sobre a concentração, que naquele momento reunia cerca de 300 pessoas, e a dispersou com bombas, gás e balas de borracha. Imediatamente, foram presos quatro manifestantes. Cercada por piquetes policiais nas ruas da vizinhança, a manifestação teve de se deslocar para o sindicato dos metroviários.

Essa concentração contava com cerca de duas mil pessoas. Foi anunciado repetidamente que havia um acordo com a polícia para que a manifestação não se deslocasse pelas ruas, ficasse ali parada. Havia um cerco policial nas ruas da vizinhança. Diante da chegada dos manifestantes do outro ato, a organização estabeleceu um “cordão de isolamento” contra a entrada dos novos manifestantes, encurralando-os entre o sindicato e o cerco policial.

A organização do ato da Conlutas/Intersindical não permitiu sequer que fosse dado um informe sobre a repressão que tinha acabado de ocorrer. O pretexto era o de que aquele ato tinha uma direção política que já tinha se reunido, naquela manhã, às oito horas, e essa direção determinaria todos os rumos do ato. E assim deram início às falas.

Policiais de motocicleta, numa atitude claramente provocativa, passaram a entrar pelo meio do grupo de manifestantes, entre os quais encontravam-se integrantes dos black blocs. Não passou muito tempo até que se iniciou um conflito.

Diante do ataque policial com bombas, gás e balas de borracha, o “cordão de isolamento dos sindicalistas” manteve-se impassível e as falas do carro de som chamavam a ignorar o conflito, como se nada estivesse ocorrendo. Afirmavam ao mesmo tempo para que os policiais não lançassem disparos próximos do caminhão de som e que os manifestantes ao lado (em sua maioria, black blocs) mantinham um ato “com outro caráter”.

Mas não demorou para que o cerco da Tropa de Choque do outro lado da manifestação avançasse sobre o ato da Conlutas/Intersindical, com as mesmas bombas, gás e balas de borracha, de modo que os dois grupos de policiais, de uma ponta a outra encontraram-se próximos do caminhão da Conlutas. A repressão não tardou em quebrar o acordo de não agressão aos sindicalistas.



Manifestação no Metrô Carrão foi atacada na concentração.

As direções sindicais buscaram então um novo acordo: que os manifestantes “pacíficos” abandonassem a rua e entrassem no sindicato, de forma que os policiais pudessem manter o ataque aos manifestantes “violentos”. O carro de som convocava todos a entrarem no sindicato.

Com a maioria já no prédio, um piquete comandado por Zé Maria (PSTU) tentava proibir os black blocs de entrarem no sindicato. Os sindicalistas ainda tentaram fechar os portões do prédio, mas um grupo de manifestantes encabeçado pelo POR e independentes impediu que se fechassem os dois portões e assim entregassem os manifestantes que estavam na rua de bandeja para a repressão policial. A ação “provocadora” dos black bloc sobre a polícia – alegação dos militantes do PSTU – não pode servir de justificativa para permitir a sua brutal repressão pela Tropa de Choque. A quadra onde se encontra o sindicato dos metroviários foi fechada pela polícia não pela ação dos black blocs, mas pela determinação dos governos em reprimir qualquer manifestação. Não permitir que a juventude se proteja do aparato repressivo, nessas condições, é se opor ao mais elementar princípio classista, que identifica oprimidos de um lado e opressores, de outro.

Diante das condições colocadas, a organização encerrou o ato e convocou os militantes a deixarem o local rumo ao metrô. A polícia armou um cordão de isolamento no trajeto, para impedir que se deslocassem para a Radial Leste, caminho do estádio de abertura da Copa.

Mas, nas proximidades do metrô, um grupo ainda conseguiu bloquear a avenida por alguns instantes. Foi reprimido e se dirigiu à estação de metrô. Lá, novo protesto e novo conflito. Os metroviários ficaram ao lado dos manifestantes. A polícia então fechou a estação e expulsou a população que estava no local.

Capitalistas buscam a centralização política para proteção de seus negócios

A realização da Copa do mundo no Brasil envolveu negócios da ordem de 30 bilhões de reais. Interesses estrangeiros e de grandes grupos nacionais foram colocados em jogo por conta da impopularidade do evento, que foi organizado excluindo a maioria assalariada dos jogos, expulsando famílias trabalhadoras de suas moradias, com obras bilionárias às custas de cortes nos recursos sociais, sobre a base das mortes de operários, e assentada em brutal repressão sobre os movimentos e na imposição de uma legislação ditatorial.

Sua realização se deu em meio a um ascenso grevista. As manifestações da crise capitalista internacional sobre o país têm levado os governos a atacarem os serviços sociais públicos. Funcionalismo, professores e estudantes se mobilizam contra a precarização e pelo reajuste salarial. A alta inflacionária que recai principalmente sobre os gêneros de primeira necessidade projeta a necessidade de luta salarial. Rodoviários e metroviários se levantaram pelo reajuste salarial superior ao índice governamental maquiado da inflação. Particularmente a greve metroviária expressou um ponto alto dessa tendência geral de luta. Colocou-se a possibilidade dessa luta servir de ponto de apoio a uma generalização das greves nos setores operários que estão para entrar em campanha salarial. O ingresso da classe operária na onda grevista levaria a uma situação favorável à greve geral e luta política contra os capitalistas e os governos.

O capital estrangeiro e o grande capital nacional pressionaram por uma centralização política de todo o aparato estatal no sentido de bloquear as tendências de luta. O governo federal acatou todas as imposições externas no sentido de ter uma legislação repressiva especial para conter protestos contra a Copa. Os governos estaduais e municipais cerraram fileiras na intransigência contra as reivindicações salariais e antiprecarização levantadas. Os tribunais foram colocados em prontidão, inclusive aos finais de semana, para julgar rapidamente as greves e impor penalidades aos sindicatos. A polícia teve reforçado o armamento repressivo e foi ativada para o ataque preventivo e antecipado às manifestações e greves. A imprensa realizou ampla campanha em favor da Copa, contra as greves e protestos e justificando a repressão e a legislação de exceção. Todos os elementos da ditadura de classe da burguesia foram colocados em marcha contra as greves e os protestos.

Os exploradores buscaram a maior centralização política possível contra os explorados. As várias frentes de luta dos oprimidos, no entanto, se mantiveram fragmentadas e isoladas pelas direções. E a classe operária foi mantida amordaçada até agora.

Greve metroviária e repressão no centro da situação

É evidente que a manifestação contra a Copa do mundo teria de convergir com a luta contra a repressão à greve metroviária. Não foi por vontade da burocracia sindical, mas pela simultaneidade dos fatos que se juntou o protesto contra as demissões por justa causa dos dirigentes da greve e o protesto contra a copa.

A greve metroviária ocupou o centro da situação política.



Manifestação em frente aos metroviários não escapou da repressão, apesar dos esforços dos sindicalistas em manter acordos com o comando da tropa

De um lado, os trabalhadores expressaram uma fortíssima tendência de luta que empurrou a direção centrista do PSTU para o confronto. A greve foi adiada por três vezes, sendo que a primeira coincidiu com a greve rodoviária radicalizada que se deu contra a vontade da direção do sindicato. Ao mesmo tempo em que se adiava a luta, se rebaixava a reivindicação. O tribunal chegou a propor um índice de 9,5% (muito próximo ao pretendido de fato pela direção do sindicato), mas rejeitado pelas bases radicalizadas. O sindicato propôs a política corporativista e eleitoreira de liberação das catracas, mas o governo fincou o pé. Não havia como evitar o conflito. Todos voltaram seus olhos para a luta metroviária e seu resultado. O ataque ao sindicato foi aumentando, passando da multa de 100 mil para a de 500 mil diários, e chegou à demissão por justa causa. A Tropa de Choque atacou os piquetes e manifestações de apoio. Prisões e tortura. O PT, PCdoB e PSol atuaram por dentro do movimento, defendendo a “suspensão” da greve. A derrota do movimento pesará sobre as próximas manifestações, mas não as evitará, diante das tendências gerais de luta impulsionadas pelo avanço da crise capitalista.

O ataque de Alckmin sobre os metroviários, sua organização e sua direção é um ataque sobre o conjunto do movimento das massas. Requer uma resposta coletiva e de conjunto. Estava colocada a necessidade de ampla convocação de todos os sindicatos e movimentos para enfrentar o ataque governamental e dar a resposta nas ruas. Somente um movimento de massa poderia impor a soberania nas ruas contra a brutalidade da repressão governamental. Mas isso não se viu.

A manifestação de protesto contra as demissões metroviárias, feita na véspera na Avenida Paulista (veja manifesto do POR distribuído nesta edição), foi boicotada pelas próprias correntes que dirigem o sindicato. Algumas dezenas não puderam ir além do bloqueio de algumas faixas por alguns momentos.

Os protestos contra a Copa, no dia seguinte, foram organizados separadamente. De cara, contabilizaram a baixa da retirada do MTST de qualquer protesto no dia, em função do acordo com o governo ao redor da ocupação Copa do Povo e do Plano Diretor da cidade. A manifestação sindical, que deveria ser multitudinária e expressar com mais veemência a luta contra a demissão dos metroviários, com a convocação nas bases

e de todas as direções, foi uma espécie de missa da vanguarda. Às poucas centenas que compareceram apesar disso, era dito a todo momento que não se iria a lugar algum e que foi feito o que se podia fazer.

O problema da manifestação não ter conseguido bloquear a Radial Leste e ir até o estádio protestar não estava no cerco policial, que sempre ocorre. Estava no corpo mole das direções, que não se empenharam em levantar um movimento capaz de inviabilizar a dissolução do protesto pela repressão.

Burocracia de esquerda capitula diante da repressão

O governo Alckmin desfechou um brutal ataque aos metroviários, à sua organização e direção. A falta de um movimento mais amplo de apoio à sua luta dificulta a resposta. A retomada da greve após a suspensão se inviabilizou. É dever de toda organização política e sindical apoiar os metroviários contra a repressão governamental. É ainda mais necessário neste momento porque se trata de um ataque que afeta todas as manifestações.

O problema da resposta a esse ataque não está apenas na correlação de forças presente. O problema é que a direção do movimento, o PSTU, capitulou ao ataque do governo. E não estamos falando nem da política que precedeu a greve ou durante o movimento. É certo que o adiamento da luta, a busca de evitar a unidade grevista com os rodoviários, a política de pressionar pela “catraca livre”, a falta de convicção na defesa da greve na assembleia do dia 9, tudo isso pesa no balanço da atuação da direção. Mas o mais grave é a resposta dada ao ataque repressivo do governo.

Não se trata apenas de um “recuo tático diante da correlação de forças desfavorável”. Uma direção pode propor um recuo numa situação em que o movimento tenha esgotado suas forças e não exista a possibilidade de manter o avanço da luta. Mas não é disso que se trata. O PSTU assimilou a repressão e está expressando politicamente isso.

Modifica sua política e sua conduta de forma a se mostrar merecedor do recuo da repressão, ao invés de enfrentá-la, na medida de suas forças.

Assim, não se empenhou num ato de protesto contra as demissões por justa causa. Não convocou amplamente o protesto contra a Copa, que certamente teria como tema central a luta contra as mesmas demissões. Procurou fazer um protesto formal e limitado. Diante da ameaça de novo ataque policial, procurou o caminho do acordo em que cede tudo e não tem nada em troca.

É muito grave entregar um setor do movimento à repressão

É fato que existe sectarismo no interior do coletivo “Se não tiver direitos, não vai ter copa”, que se opõe à unidade com partidos, sindicatos e outras organizações, por serem burocratizados. É fato que os Black blocs atuam de forma alheia às decisões coletivas e usam o método da violência individual ou de grupo à margem das massas, contrariamente ao método proletário da violência coletiva e de massa, que responde à violência dos exploradores.

Mas se não existiu unidade entre as duas manifestações organizadas a duas quadras uma da outra (e depois na mesma

rua e na mesma quadra), foi por conta da ação burocrática e gangsteril dos sindicalistas do PSTU/PSol. A formação de um piquete para impedir que os manifestantes recém reprimidos pela tropa de choque se juntassem ao ato sindical os jogava em direção à repressão. Afirmar que o ato “tinha outro caráter” e com isso justificar o cordão de isolamento é reafirmar que a bandeira “Na copa vai ter luta” se submete à realização do evento e negócios bilionários. Impor a divisão dos protestos quando é necessária a maior unidade possível para enfrentar os ataques da burguesia e seus governos é uma atitude típica dos pelegos vendidos ao capital ou dos aparelhos muito corrompidos e atolados no legalismo e democratismo pequeno burguês.

O fato dos Black blocs empregarem métodos estranhos à democracia e violência das massas não justifica que sejam empurrados a ser reprimidos pela polícia. É dever de todo militante e organização das massas se colocar em defesa dos reprimidos do movimento, quaisquer que sejam eles, contra a repressão policial.

A repressão foi organizada, próxima das duas manifestações, em formação de ataque. Evidenciou que existia uma ordem superior (do governo) de não permitir sequer que se organizassem as manifestações. Os pretensos acordos dos sindicalistas não serviram e não serviriam para impedir que os policiais executassem suas ordens. A polícia esperou um pretexto para atacar. E, na ausência de pretexto, criou ela mesma um, ao investir com as motocicletas contra os Black blocs.

POR mantém defesa da unidade dos movimentos e combate unitário à repressão

Diante da retirada da maioria dos manifestantes para o interior do sindicato, a militância do POR se colocou pela unidade e defendeu que todos permanecessem juntos. Contra a posição criminosa de fechar os portões e entregar os Black blocs à repressão, os militantes do POR se uniram a independentes para impedir o fechamento dos portões. Fomos agredidos fisicamente por militantes do PSTU por isso.

O sindicato não é propriedade nem da burocracia que o dirige, nem da corrente política que o controla. Ele é instrumento de luta coletiva dos trabalhadores contra a exploração e opressão. Quando a direção não expressar esse princípio, cabe à vanguarda fazê-lo. Por isso defendemos que servisse de abrigo a todos os manifestantes contra a repressão policial.

O POR atuou nas duas manifestações com seus panfletos, faixas e bandeiras. Diante do piquete feito pelos sindicalistas, estivemos dos dois lados da manifestação e o ultrapassamos. Sofremos a repressão policial nas duas manifestações, dos dois lados.

Continuaremos defendendo, diante da situação, a necessidade de unificação real dos movimentos, sobre a base de uma plataforma de reivindicações unitárias que junte as necessidades mais sentidas pelas massas num enfrentamento aos capitalistas e aos governos. E apontamos a necessidade da classe operária se incluir nessa tendência, o que criará a perspectiva de enfrentamento geral aos capitalistas e aos governos por meio da greve geral de massa.

Militantes do PSTU agredem militantes do POR e independentes

No dia 12 de junho, houve duas concentrações de atos contra a Copa do mundo em São Paulo, cidade onde ocorreu a abertura do grande evento da burguesia. A concentração do Metrô Carrão, organizada pelo grupo que vinha convocando os atos contra a Copa até então, foi reprimida em menos de 5 minutos após o horário de sua concentração. Debaxo de bombas de gás, os manifestantes foram até o sindicato dos metroviários, local onde estava a manifestação organizada pela Conlutas e Intersindical. Chegando lá, a política da burocracia de esquerda foi de manter a “sua” manifestação separada da outra e não unificar. No momento que houve novamente a repressão policial, os burocratas sindicais correram para dentro do sindicato e chamaram “seu” ato para entrar e fechar os portões, deixando os demais manifestantes para fora em meio ao cerco policial.



O agressor “Pink”

Foi neste contexto em que houve as agressões. O POR e independentes foram impedir que o portão fosse fechado enquanto houve manifestantes do lado de fora. Não aceitávamos separar o movimento a fim de entregar uma parcela dos lutadores para a repressão. Ouvimos de militantes do PSTU os discursos mais reacionários para justificar o fechamento dos portões, desde “os black blocs são os culpados pela repressão policial” até “este é o sindicato dos metroviários, nós é que decidimos sobre ele e então nós vamos fechar os portões”.

Militantes mulheres do POR levaram empurrões, puxões de cabelo, além de serem esmagadas contra o portão. **Um independente que estava conosco segurando o portão levou uma gravata, foi jogado no chão e teve sua camiseta rasgada!** O PSTU se utilizou do aparato e do método da agressão física, tão típico das burocracias gangsteris. Isso tudo para garantir sua pseudo proteção no sindicato e entregar os que eles intitulavam como “black blocs” para a polícia.

Bahia

É preciso unificar e massificar as manifestações

Nos últimos dias, vem se organizando em Salvador um coletivo com o objetivo de construir os atos contra a ganância da copa bilionária dos capitalistas na cidade. Participam deste coletivo diversas organizações, movimentos sociais, partidos de esquerda e sindicatos. O POR participou desde o início da construção deste coletivo defendendo a unidade na luta contra a divisão da esquerda em diversas manifestações.

Aqui, nas jornadas de junho, faltou organização. As manifestações massivas da juventude esbarraram nesse problema. A organização de um coletivo com o objetivo de por em pé as manifestações é um passo importante na resolução desse problema.

No dia 12 de junho, ocorreu a primeira manifestação. Fez parte de uma série de manifestações organizadas em todo o país na abertura da Copa do Mundo, com o objetivo de denunciar os gastos de dinheiro público em um evento privado. Há ainda divisão, tendo em vista que, além da manifestação organizada pelo coletivo de entidades e organizações no Campo Grande, ocorreu também uma manifestação de anarquistas no Iguatemi.

O POR participou da manifestação construída coletivamente no Campo Grande com faixa exigindo o fim da lei antigreve, com bandeiras, manifesto e jornal. Fizemos falas denunciando o governo Dilma (PT) como um governo burguês, antinacional e antipopular. Que, ao mesmo tempo em que os governos in-

quem escreve esta matéria estava segurando o portão quando um diretor do Sindicato, membro do PSTU, passou a me puxar para que eu saísse dali. Sem sucesso, chamou outro militante do PSTU (ao que tudo indica chamado de “Pink”), que me deu uma gravata para me tirar do portão. Caído no chão, **leve alguns pontapés e um soco no nariz do militante do PSTU chamado “Pink”**. Algumas pessoas, ao invés de segurarem o agressor, me seguraram e me retiraram dali.

Uma vez recuperado, fui ao agressor e lhe perguntei de que corrente era. Negou-se a responder, apesar de minha insistência. Outro militante do POR procurou sabê-lo, e novamente ele se negou a dizer. A identificação do nome/apelido do agressor foi feita por um militante de base do PSTU, que apoiou a necessidade de fazer a denúncia.

Denunciamos o método gangsteril de agressão física para impor uma política, e, pior, para impor a decisão de servir os Black blocs de bandeja à repressão. Agir com o método do que há de pior na burocracia sindical está de acordo com a decomposição política do centrismo, expressa na decisão de favorecer a repressão contra os Black blocs.

Os movimentos sociais, inclusive o movimento dos metroviários, devem rechaçar a política gangsteril e ainda mais a entrega de companheiros à polícia. A base da militância do PSTU também não deve aceitar tal política. O que ocorreu no dia de hoje não pode ser aceito, nem se repetir, deve ser banido dos movimentos sociais.

É inaceitável a imposição de medidas burocráticas ao movimento com base na violência física! É inaceitável deixar companheiros de luta para serem massacrados pela polícia enquanto fogem com seus militantes para o sindicato do qual são direção e impedem a entrada daqueles com quais têm divergências políticas!

jetam bilhões de reais nas multinacionais e na FIFA com essa festa dos ricos, cortam os gastos com os serviços públicos como educação, saúde e transporte público. Defendemos um conjunto de reivindicações que unificam os explorados como o salário mínimo vital, educação pública e gratuita sob o controle de quem estuda e trabalha, estatização do ensino privado, terra aos camponeses pobres, moradias para os trabalhadores e desempregados, abaixo as leis repressivas, entre outras.

Os governos vêm reprimindo as manifestações com brutalidade, demonstrando cabalmente que estão a serviço dos capitalistas que buscam garantir seus lucros com a Copa. Os explorados precisam perder as suas ilusões nesses governos e se independizar da política burguesa. Parte da esquerda busca canalizar o descontentamento dos explorados para a via eleitoral. Esse é o caminho da derrota! O POR defende o método da ação direta, isto é, das manifestações, piquetes, greves, etc. É apenas através da ação direta das massas, que os explorados conseguirão impor suas reivindicações. É preciso também unificar as manifestações e massificá-las por meio da divulgação nos locais de trabalho. Com a aprovação nas assembleias de uma plataforma de reivindicações que unifique os explorados. As próximas manifestações ocorrerão nos dias 13, 16, 20 e 25 de junho e 01, 05 e 13 de julho.

Manifesto do POR nos protestos de 12/06

Unificar todas as lutas contra os governos e os capitalistas, sobre a base de uma plataforma de reivindicações!

A greve dos metroviários de São Paulo, que foi duramente atacada pelo governo, pela justiça, pela polícia e pela imprensa, expressou claramente o choque que vem se desenvolvendo e acirrando entre os explorados, de um lado, e os exploradores e seus governos, de outro.

As greves têm crescido e se espalhado. Se já atingiam os setores do funcionalismo, professores e estudantes, agora se manifestam os trabalhadores dos transportes, primeiro as greves dos rodoviários por todo o país, e agora os metroviários. Os aumentos dos preços dos gêneros de primeira necessidade, muito acima dos índices afirmados pelo governo, vem espalhando descontentamento entre as massas e as empurram para as greves, em muitos casos contra a vontade das direções sindicais. Ainda não se manifestou a principal força nesse conflito, a classe operária, os assalariados das fábricas.

O cálculo da inflação governamental, hoje em 6,5% e bem acima da meta de 4,5%, é uma média. Esse cálculo esconde o real impacto dos aumentos dos preços sobre a vida da maioria explorada. As greves e demais manifestações têm exposto o arrocho salarial. Com o mesmo salário, compra-se menos.

São os efeitos da crise mundial capitalista, aberta em 2008 e ainda em marcha. As manobras do governo para atenuar seus efeitos se mostram esgotadas. A queda da produção industrial já se reflete em milhares de demissões. As contratações têm caído em todos os setores. A alta dos preços não pode ser maquiada.

Diante das previsões de acirramento da crise, os governos procuram meios para sustentar o subsídio aos capitalistas, às indústrias e aos bancos. Cortam gastos sociais, como em educação, saúde, transporte e moradia. É evidente a contradição entre a gastança bilionária para realizar a Copa do mundo no Brasil, que favoreceu a FIFA, as empreiteiras e outros grupos capitalistas, e as gritantes necessidades das massas, negadas pelos governos, sob argumento de falta de recursos.

Os cortes de gastos nos serviços sociais têm levado o funcionalismo, professores e estudantes à luta. Os governos deixam essas greves morrerem pelo desgaste do isolamento. São em geral meses de paralisação sem conquistas. Está acontecendo isso neste momento com as universidades federais. As universidades estaduais paulistas também estão em greve há quase três semanas contra o congelamento salarial e o governo Alckmin e seus reitores sequer negociam. Os professores da rede municipal de São Paulo fizeram uma longa greve com grandes manifestações nas ruas de São Paulo e o governo do PT só alterou a agenda dos reajustes. Em outros estados do país, as greves de professores se radicalizam, mas não conseguem derrotar os governos. As lutas desses setores são pelas mesmas reivindicações: contra a precarização dos serviços sociais públicos, pelo reajuste salarial que se contraponha à alta do custo de vida.

Os rodoviários, por todo o país, em muitos casos contra as direções sindicais, expuseram a superexploração a que são submetidos em greves radicalizadas pelo reajuste salarial.

Os metroviários abriram um conflito contra o governo do PSDB

por um reajuste salarial que quebrasse a barreira do índice manipulado de inflação governamental. Exigiam dois dígitos de aumento (12,2%). Chegaram a rebaixar duas vezes o índice reivindicado, mas Alckmin bateu o pé nos 8,9% (antes tinha oferecido 7,5%, o mesmo dado aos ferroviários). A intransigência de Alckmin expressa a intransigência geral do patronato. O índice dos metroviários e o resultado de sua greve servirá de base para as demais negociações salariais. Aproximam-se as datas base de setores como bancários, metalúrgicos, químicos e outros. A vitória dos metroviários seria um estopim da luta de classes. Daí a brutal repressão desfechada contra a greve: tropa de choque contra piquetes e manifestantes de apoio, prisões e tortura, intervenção judicial impondo 100% de operação dos trens, multa milionária ao sindicato, julgamento da greve como abusiva, campanha na grande imprensa, demissão por justa causa da vanguarda.

A ligação entre a luta salarial dos metroviários e a luta contra a repressão aos movimentos e pelo fim da legislação antigreve ficou evidente. A burguesia e seus governos estão dispostos a usar a repressão mais violenta contra os movimentos que se levantem pelas necessidades mais sentidas das massas. A organização das lutas depende de levantar a defesa do direito de se mobilizar para defender as reivindicações, juntamente com sua própria defesa. A luta democrática mais elementar hoje é o combate à legislação antigreve e à repressão aos movimentos. A ditadura de classe da burguesia se acirra contra as massas por meio dos governos ditos democráticos.

O crescimento do número de greves e as reivindicações comuns apontam para a necessidade de sua unificação. O fato da classe operária ainda estar contida pelas direções sindicais pró-capitalistas é um obstáculo para a convocação imediata de uma greve geral. Mas isso não quer dizer que não seja possível e necessário que se unifiquem as lutas em andamento ao redor de uma plataforma de reivindicações que possa expressar essa unidade, ganhar as ruas e o apoio da população assalariada e impor derrotas aos capitalistas e seus governos nos seus planos de despejar a crise capitalista sobre os oprimidos.

Essa plataforma de reivindicações deve ser encabeçada pela defesa das condições mais elementares de sobrevivência dos trabalhadores e suas famílias, das condições mais elementares de defesa da vida das famílias camponesas, da defesa dos serviços sociais públicos e gratuitos, sob controle dos assalariados.

A luta contra a Copa bilionária dos capitalistas e seus governos não deve estar submetida às eleições. Deve ser um canal para conquistar a unidade das lutas que se desenvolvem, impulsioná-las, unificá-las e projetá-las num movimento único dos explorados contra os exploradores e seus governos.

- **Por um salário mínimo vital de R\$ 4.200,00 – Escala Móvel de Salários (reajuste automático de salários de acordo com a inflação)**
- **Fim do desemprego: estabilidade a todos, escala móvel das horas de trabalho (divisão de todas as horas de trabalho disponíveis entre todos os aptos ao trabalho, e em redução sala-**

- Educação Pública e Gratuita a todos, em todos os níveis, fim do ensino pago, vagas para todos, expropriação de toda a rede privada de ensino sob controle coletivo de quem estuda e trabalha. Governo tripartite nas universidades, eleito diretamente pelo voto universal, revogabilidade de mandato e subordinado à assembleia geral universitária. Real Autonomia e Democracia Universitárias!
- Saúde pública e gratuita a todos. Expropriação da rede privada de saúde e controle operário. Expropriação da rede de convênios médicos privada.
- Transporte Público sob controle operário. Passe livre a estudantes e desempregados. Estatização sem indenização do transporte privado e controle operário.

MTST faz acordo com governo e retira-se dos protestos contra a Copa

No dia 04 de junho, se encerra em frente ao estádio Itaquerão o 4º grande e último ato convocado pelo MTST, que reuniu 25 mil manifestantes, segundo os organizadores. O calendário previa um quinto ato, que foi cancelado. Em assembleia em frente ao estádio, a voz uníssona de Guilherme Boulos defendeu a copa e a “parte” que cabia aos movimentos dos sem teto. Sob o informe de que o proprietário (uma construtora) estaria disposto a vender o terreno (“Copa do Povo”), ocupado por cerca de 3 mil famílias, o líder do movimento reivindicou que o governo liberasse o dinheiro para a moradia.

A negociação com o governo federal se dá por finalizada em 9 de junho, com o parecer de Dilma que, em nota pública, apresenta 3 pontos acordados pelas partes: 1) moradias populares serão construídas no terreno da “Copa do Povo”, subsidiado pelos governos federal, estadual e municipal; 2) no programa Minha Casa Minha Vida haverá ampliação do número máximo de unidades habitacionais, de mil para 4 mil e 3) estímulo a despejos pacíficos.

Essas são as ditas “conquistas a serem comemoradas durante os jogos da copa”. Soma-se a elas a criação do Decreto 8.243, em que Dilma institui a Política Nacional de Participação Social (PNPS), por meio do qual os movimentos sociais são trazidos para dentro do governo.

No parecer da presidente, não se deixa claro o número de casas a serem construídas, o MTST fala em 2 mil, e fala também que necessita da aprovação definitiva do Plano Diretor, que superou a primeira instância, mas aguarda aprovação em duas outras. A modificação numérica no programa minha Casa Minha Vida não garante que serão construídas as 4 mil residências, e mesmo que assim fosse, a “Copa do Povo” é uma dentre outras dezenas de ocupações. Como ficarão os ocupantes da “Faixa de Gaza” ou “Nova Palestina”, por exemplo? Continuarão 10, 15, 20 anos à espera de sua casa? Quanto aos despejos, não é possível evitar o conflito entre as necessidades de milhares que querem uma casa própria com o dono do terreno que tem no Estado a garantia da aplicação da força repressora para defender a sua propriedade.

Guilherme Boulos dá por encerradas as manifestações, cancela o último ato a troco de nada. Não houve conquistas. Vinte e cinco mil trabalhadores foram às ruas em busca de sua casa e voltaram de mãos vazias. A única coisa concreta fruto das negociações foi o PNPS decretado em 23 de maio, um dia após o terceiro ato do MTST, que reuniu da ordem de 20 mil pessoas.

- Moradia a todos! Desapropriação sem indenização e entrega das moradias aos ocupantes! Expropriação das empresas de construção civil e controle operário!
- Terra aos sem-terra! Fim do latifúndio, entrega das terras aos camponeses! Revolução Agrária! Aliança Operário-camponesa! Expropriação das multinacionais de sementes e insumos!
- Expropriação geral das multinacionais, das redes de supermercados e dos bancos, com controle operário da produção, distribuição e comercialização das mercadorias!
- Nenhum imposto sobre os assalariados! Que só os capitalistas paguem impostos! Não ao pagamento da dívida externa! Fim do parasitismo financeiro! Fim dos subsídios aos capitalistas!
- Abaixo o capitalismo! Por um Governo Operário e Camponês! Revolução Proletária!

Os gastos exorbitantes com a copa em contraste com a miséria de milhões insuflou o descontentamento dessa massa que foi às ruas demonstrando sua força. Não é a toa que os atos foram convocados sob a bandeira de “Copa Sem Povo, Tô na Rua de Novo”, tamanha a contradição entre o faturamento bilionário das empreiteiras e das máfias do futebol e as condições de vida precária da maioria da população refém da especulação imobiliária, refém dos hospitais e postos de saúde sem médico, sem infraestrutura e remédio, refém das escolas públicas apodrecidas, refém dos salários de miséria, forçando milhares a ocuparem terrenos e prédios abandonados de modo a resguardar uma parte significativa antes destinada a pagar o aluguel.

A verdade é que não cessaram as razões que justifiquem as mobilizações. Os trabalhadores que estão ocupando os terrenos continuam e continuarão ganhando salários miseráveis, o desemprego jogará a cada dia mais e mais famílias para fora de suas casas, não conseguirão arcar com as contas, o custo de vida está auto, o poder de compra se reduz. O aluguel continuará consumindo uma fatia significativa dos salários e é impossível comprar uma casa, os bancos não aprovam o financiamento. O que resta a milhares de famílias é esperar anos para ser atendido pelo programa do governo, morar em ocupações na regiões mais centrais, economizando no transporte ou morar nas regiões mais periféricas e arcar com o alto custo da tarifa e as grandes horas perdidas nos transportes públicos superlotados.

A mudança está na possibilidade de dirigentes dos movimentos se integrarem à máquina estatal disputando uma vaga por meio da Política Nacional de Participação Social. Historicamente, vemos que a estatização dos sindicatos, como a CUT, ou das entidades estudantis, como a UNE, fazem com que sirvam de instrumento da burguesia para aplicação da política antioperária e privatista. A suspensão dos atos, especialmente diante de um parecer vazio de Dilma, é uma demonstração que Guilherme está cooperando com Dilma, está impondo ao movimento uma política de conciliação com o governo que não garantirá a vitória ao movimento.

Moradia é uma das reivindicações mais elementares de uma família, mas não será sob uma política reformista que ela será atendida. Somente uma direção revolucionária será capaz de travar uma luta por moradia, e vinculá-la à causa principal que é a exploração de classe e a necessidade de derrubar o Estado burguês, por fim a propriedade privada, de maneira a garantir que todos possam ter a sua casa.

Algumas lições da greve dos metroviários

Após cinco dias de paralisação e piquetes, a greve dos metroviários foi suspensa. O governo do PSDB fixou uma irredutível posição contra o reajuste exigido pelo sindicato. A repressão jurídico-policial se combinou com um feroz ataque da imprensa burguesa, procurando jogar a população oprimida contra os grevistas.

A greve começou exigindo um reajuste de 35,47%. O governo respondeu inicialmente com 7,5%. Alckmin disse não. A assembleia aprovou a contraproposta de 16,5%. O governo propôs 8,7% e decidiu não mais negociar. A repressão recrudescceu. Cresceu a pressão para a população condenar os metroviários. A assembleia se mostrou disposta a diminuir o índice, acenando com 12,2%.

Para garantir o movimento, os trabalhadores realizaram piquetes nas catracas e não deixavam os fura-greve entrar para trabalhar, liberaram a passagem aos passageiros, fecharam as estações com piquetes, etc. O governo enviou a tropa de choque. Instalou a violência contra os grevistas. No domingo, dia 8, o Tribunal Regional do Trabalho declarou a greve ilegal e manteve o reajuste de 8,7%. Realizava-se um movimento de pinça com o objetivo de quebrar a determinação de liberar as estações.

Na segunda-feira, dia 9, enquanto o sindicato mantinha a greve pela decisão da assembleia do dia anterior, em resposta ao torniquete judicial, o governo se utilizou da decisão judicial para demitir 42 funcionários por “justa causa”. Na realidade, as demissões são medidas de disciplinamento político. Foram desfechadas, principalmente, sobre o setor mais ativo do movimento: foram 20 diretores e 12 delegados sindicais. O governo agiu no sentido de cortar a cabeça da greve. Ao mesmo tempo, iniciou o estrangulamento financeiro do sindicato, impondo multas de 100 mil reais por dia, que passaram a 500 mil diários depois do julgamento da greve. Geraldo Alckmin procurou aterrorizar os metroviários e arrematar a população por detrás da repressão.

Como se vê, a ação centralizada da burguesia conseguiu encurralar e debilitar o movimento, que não conseguiu romper o bloqueio e o isolamento imposto pelas direções burocráticas e corporativistas de outros movimentos e sindicatos que se negaram a unificar as lutas, centralizando sua ação por todo o país. Formalmente, a CUT e Força Sindical se solidarizaram, mas nada fizeram para mobilizar seus sindicatos. É claro que a vitória da greve dependia em boa medida da capacidade dos metroviários resistirem à repressão e às medidas aterrorizadoras que são as demissões por justa causa.

Isolado e atacado em várias frentes, o movimento retrocedeu. Esse retrocesso se espelhou, por sua vez, nas reivindicações da assembleia da segunda-feira, 9 de junho, que passou da rejeição do índice do governo à sua aceitação. Uma brecha se abriu no interior da categoria: enquanto a direção do sindicato exigia a reincorporação de 42 demitidos como condição para acabar com a greve, outro setor propôs voltar ao trabalho, aceitando a promessa de que não haveria mais demitidos. Coube ao PCdoB, ex-direção do Sindicato, cumprir o papel governista, com apoio do PT e PSol. Despolitizados, premidos pela Justiça, aterrorizados pelas demissões e pressionados pela campanha reacionária da imprensa, a assembleia foi permeável à defesa dos estalinistas e reformistas de volta ao trabalho. A direção sindical (PSTU) fez uma defesa sem convicção da continuidade da greve, assentada numa promessa de cumprir o que ali fosse decidido. Dois dias depois, 11/06, também o PSTU defendeu que não se retomasse a greve, mas apenas se fizessem

protestos de rua contra as demissões por justa causa. A derrota da greve é um trunfo para a oposição burocrático-estalinista, que foi apeada da direção do sindicato devido à sua política de submissão ao governo.

Falta ainda destacar que a burguesia e o governo tiveram êxito em suas manobras de se apoiar nas divisões sociais operadas entre os oprimidos. Dentro do sindicato, estas lhe serviram de base para opor o setor administrativo conservador aos grevistas. Fora do sindicato, essas contradições foram aprofundadas pela pressão exercida pela imprensa burguesa sobre um setor da pequena burguesia e determinadas camadas dos assalariados que as levaram a rechaçar a greve e exigir o seu fim. A penetração das pressões burguesas no interior dos movimentos é possível ali onde existem setores e camadas sociais que são mais bem pagos e que estão integrados aos mecanismos de exploração do trabalho.

A ausência da política e do programa revolucionários no interior dos explorados dificulta a tarefa de combater a ampla ação da burguesia contra a greve e de ganhar seu setor mais consciente para a estratégia da luta de classes, anulando o reduzindo o peso de seus setores mais despolitizados.

Esta foi a greve mais longa dos metroviários. Cinco dias de paralisação do metrô, inquestionavelmente, foi um grande feito. Não por acaso, Alckmin e todo aparato do Estado, com apoio do governo federal (PT), agiu com mãos de ferro contra a greve e o sindicato (as multas, mais uma vez, mostram a aberração jurídica da Lei antigreve). Apesar de a assembleia suspender o movimento sob o tacho das 42 demissões, não temos dúvidas de que os metroviários acumulam uma valiosa experiência para os novos embates que virão. É na luta que os explorados se educam para enfrentar a intransigência dos governos e se preparar para os ajustes econômicos que virão.

A experiência dos metroviários ensina e demonstra, fundamentalmente, que falta ainda transformar as lutas econômicas em uma poderosa mobilização nacional dos explorados. As condições políticas do país, com grandes e massivas greves que paralisam suas atividades para exigir o fim do arrocho e reivindicando aumentos de salários e emprego, assinalam que as condições objetivas para essa unificação nacional dos movimentos que lutam estão dadas. O que obriga a desenvolver o programa das reivindicações que os projetam unitariamente contra seus exploradores.

O corporativismo, a burocratização e a estatização dos movimentos constituem um bloqueio a esse caminho. É sintomático que, no auge da greve dos ferroviários, o MTST anunciou o fim das mobilizações até que passe a Copa. Bastou o governo Dilma acenar com aceitação de parte das reivindicações do movimento dos sem-teto para Guilherme Boulos recuar. O que sinaliza com toda crueza a crise de direção revolucionária das massas e obriga a constituir as frações revolucionárias no seio dos explorados para aprofundar a via da luta de classes. Essas são as lições que devem se traduzir em política revolucionária, pondo em pé o partido marxista-leninista-trotskista.

Temos pela frente a luta pela readmissão dos grevistas e pelo fim das monstruosas multas ao sindicato. É necessário ampliar e fortalecer o Comitê Contra a Repressão. Está colocada a campanha pelo direito irrestrito de greve e derrubada da lei antidemocrática imposta pela burguesia.

Lula recomenda maturidade

Com a esperteza política redobrada, depois de passar pela escola do sindicalismo burocrático e pela presidência da República, Lula exortou a direção dos metroviários e o governador Geraldo Alckmin a chegarem a um acordo sobre as demissões de 42 grevistas.

Pelo visto, a mensagem foi dirigida ao governo do estado de São Paulo. Os metroviários suspenderam a greve no quinto dia e passaram a reivindicar apenas as readmissões. Alckmin foi taxativo em sua resposta: não haverá readmissão.

A assembleia tinha aprovado o indicativo de greve para o dia 12, caso as demissões se mantenham. Lula chama a atenção para a solução da única pendência. Segundo o caudilho, a experiência lhe ensinou que às vezes as partes em conflito tomam medidas “intempestivas” e que passado o momento irreflexivo as coisas se resolvem. Não nos parece que este seja o caso das demissões promovidas por Alckmin.

A posição do governador sempre foi a de combater as greves do funcionalismo com dureza. A mobilização dos metroviários desafiou seu autoritarismo e reacionarismo. Outras tentativas de greve foram rapidamente abortadas. Desta vez, a assembleia massiva que decretou a greve expressou o profundo descontentamento dos trabalhadores com a corrosão inflacionária dos salários, que foram sendo reduzidos em sua capacidade de compra ao longo do tempo. O governador sabia perfeitamente que havia um clima coletivo de greve e que teria de golpear com mão de ferro.

O Tribunal Regional do Trabalho imediatamente impôs condições draconianas para quebrar de início o movimento: multa diária de 100 mil, caso o sindicato não as acatassem. Diante da maciça adesão dos metroviários, o TRT decretou a ilegalidade da greve. A multa passou então para 500 mil. A Tropa de Choque ocupou a Estação Ana Rosa. A polícia começou a deter os ativistas, obrigando-os a assinar o “termo circunstancial por paralisação do trabalho de interesse público”. Armada a repressão judicial-policial, vieram os telegramas de demissão.

Como se vê, Alckmin e seus lacaios do judiciário estavam muito bem preparados para atacar os grevistas, sua vanguarda e o sindicato. Não houve nenhuma atitude intempestiva do governo do PSDB. Sua ação expressa a reação burguesa contra o mais elementar direito de greve.

Lula, porém, não poderia deixar de condenar a greve. Referindo-se aos metroviários, diz: “Eles também têm de saber que existe limite para fazer as coisas. Então o direito democrático de um não pode impedir o direito democrático de outro.”

Caso os trabalhadores seguissem esse princípio, não poderiam fazer greve. Quem estabelece os seus limites? Não são a burguesia e seu governo? É óbvio que sim. Mas se institui de maneira a parecer que é fruto da democracia e de direitos democráticos naturais. Os metroviários não podem fazer a greve porque impedem cinco milhões de usuários de se locomoverem (a maioria para o trabalho) e se não chegam ao seu

destino então os empregadores serão prejudicados em seus negócios.

Apoiado nesse funcionamento econômico-social, Alckmin pode muito bem represar os salários, pagar um piso de fome e determinar uma jornada estafante de trabalho aos metroviários. De fato, estamos diante da exploração do trabalho e da luta dos assalariados pela sobrevivência.

Ocorre que os explorados estão acordando do sonho da “inclusão social”, dos programas assistencialistas (Fome Zero, Minha Casa, Minha vida), das migalhas do salário mínimo, da estabilidade econômica, do desenvolvimento sustentável, do país de classe média, do endividamento fácil da população, do diálogo nacional, dos encantos da democracia eleitoral, etc.

As mobilizações de junho de 2013 mostraram a força das massas, ainda que as fábricas, os bancos e o comércio tenham continuado a funcionar. A burguesia teme que as greves e protestos de rua cheguem ao coração e nervos do capitalismo – as fábricas e os transportes. É preciso conter o ímpeto dos explorados, que sentem o peso da pobreza, da miséria e das más condições de existência.

O governador Alckmin é um dos expoentes mais representativos do grande capital. Sua política conta com o apoio da burguesia paulista, que em última instância decide os rumos do Brasil. Essa força partidária aguarda a volta ao poder federal. Conta com o fracasso do reformismo petista, que se mostrou como uma fraude. Lula acaba por ajudá-lo ao se colocar na posição de conselheiro e de censor da greve dos metroviários.

O problema dos metroviários está em elevar sua coesão social e política. Uma parcela não suportou a investida de Alckmin. O seu retorno ao trabalho enfraqueceu a assembleia que teria de dar resposta à altura à repressão e às demissões. A divisão entre enfrentar a ditadura de Alckmin e retroceder o movimento deu margem para a reação avançar. O governador ameaçou com 300 demissões, caso o metrô fosse paralisado no dia 12, abertura dos jogos da Copa.

O conselho de Lula a seu aliado estratégico – ambos são políticos subordinados ao grande capital e combatem a revolução social – não deixará de ser avaliado por Alckmin. Dilma Rousseff se mostrou solidária com o governador. Instruiu seu ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, a prestar qualquer auxílio de que necessitasse. Identificou no movimento dos metroviários um adversário do bom andamento da Copa do Mundo.

Lula e o PT deveriam ter se pronunciado em favor do direito de greve, contra o envio da Tropa de Choque e as demissões. Caso assim o fizessem, estariam no campo do proletariado. O conselho de Lula para que os metroviários respeitem os limites impostos pela Lei e pelo TRT à greve deve ser rechaçado e denunciado como anti-operário. A bandeira dos explorados é: readmissão dos grevistas incondicionalmente.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org**

Por que a bandeira da catraca livre no metrô é corporativista e eleitoreira?

Antes mesmo da greve começar, o sindicato levou ao governo do Estado a alternativa de os metroviários trabalharem sem receber e abrirem as catracas à população. Algumas correntes se esmeraram em apresentar essa proposta como meio de “ganhar o apoio da população” à greve e de “unidade” dos trabalhadores contra o governo.

Por trás dos discursos radicais e esquerdistas, a defesa dessa posição vai no sentido oposto.

A greve nos transportes prejudica fundamentalmente os capitalistas, que deixam de ter nos meios de produção os assalariados para trabalharem e serem explorados. Assim, o funcionamento do metrô com catraca livre tem como principais beneficiados não os trabalhadores, e sim os capitalistas.

A unidade real dos trabalhadores está em apoiar a luta dos metroviários e se organizarem para paralisar a produção diante da impossibilidade de chegarem ao trabalho. Assembleias nos locais de trabalho para deliberar o apoio à greve dos trabalhadores dos transportes e a paralisação das atividades em solidariedade a eles. Esta sim é uma política de unidade de classe.

A campanha pela reforma política

Petistas aspiram a uma Constituinte exclusiva

Não é de hoje que se fala sobre a reforma política. Distintos setores da burguesia reclamam que é preciso aperfeiçoar as instituições do Estado. Um dos pontos favoritos é o do financiamento dos pleitos eleitorais.

É escandaloso o gasto e a influência dos grandes grupos econômicos que têm um orçamento voltado a comprar os políticos. O PT, que se notabilizou por ter como meta reformas, se entregou aos capitalistas endinheirados. É hoje o partido que mais capta recursos privados.

Uma de suas frações – aparentemente assombrada com a prostituição do partido – lançou a campanha por uma reforma política a ser realizada por uma Constituinte exclusiva. Quer nos convencer de que o PT trouxe conquistas econômicas, sociais e políticas, mas que, no momento, estão ameaçadas pelo avanço da direita pró-imperialista.

Entre os reformistas está a corrente “O Trabalho”, filial do lambertismo no Brasil (da IV Internacional, criada pelo francês Pierre Lambert). Tudo indica que os lambertistas lideram a campanha pela reforma política no PT. A CUT e MST são utilizados para visualizar a campanha.

No dia 10 de maio, em São Paulo, se realizou um “Ato pela Constituinte”. Segundo “O Trabalho”, cinquenta parlamentares do PT aderiram à bandeira de um “Plebiscito Popular”.

A mesa do Ato contou com a presença do inefável senador Eduardo Suplicy. Esta foi constituída por uma plêiade de parlamentares, ditos populares e de esquerda (Adriano Diogo, Renato Simões, etc.) e por outros representantes. Pelo “O Trabalho”, foram Markus Sokol (investido do Comitê Nacional Diálogo Petista), Júlio Turra (diretor da CUT) e Misa Boito (direção regional do PT/SP).

Inúmeros foram os discursos. Pelo visto, Adriano Diogo foi

A catraca livre é uma política que leva a maioria trabalhadora a uma posição passiva diante da greve dos trabalhadores nos transportes. É corporativista porque coloca a luta salarial no plano da reivindicação da categoria, procura tirar a pressão externa sobre ela, não une a luta dos trabalhadores contra os capitalistas.

Dizemos que a bandeira da catraca livre é eleitoreira porque busca ganhar o apoio passivo da população, mostrar que a direção do sindicato se preocupa com os problemas “causados” pela greve, e desgastar eleitoralmente o atual governo, que se mostra intransigente diante de uma medida que agradaria a uma parcela da população, que teria condução gratuita para ir e vir do trabalho/estudo.

Façamos justiça, o PSTU e LER estiveram unidos na defesa dessa bandeira, mas divergiram quanto ao pagamento ou não do dia trabalhado. O PSTU foi mais longe no eleitoralismo, ao propor o trabalho gratuito, rejeitado pela LER. Mas ambos compartilharam na essência a posição corporativista e eleitoreira da catraca livre.

mais dramático. Referiu-se ao “descrédito nas instituições do sistema político” e concluiu que para evitar um “colapso” é preciso uma mudança na Constituição. Renato Simões constatou que o PT elege os governos, mas fica “preso a coalizões que não correspondem à vontade do povo.” Misa Boito apontou o dedo para Dilma como “responsável pela reforma política”. Júlio Turra assinalou que a campanha em favor do “Plebiscito Popular” permitirá cobrar de Dilma o encaminhamento do projeto. A representante da corrente estudantil, Carla Emanuele Silva, do “O Trabalho”, exortou Dilma a ouvir a “voz do povo”.

A Marcus Sokol, foi reservada a tarefa de ler a moção no final do Ato. O texto é uma preciosidade do descorado democratismo. Diz: “O Brasil precisa de uma reforma política para destravar as aspirações de justiça social e soberania do povo brasileiro”. Elogia Dilma por ter dito que “a reforma não se fará sem consulta ao povo”. E chama os candidatos do PT que saírem vitoriosos nas eleições de outubro a se comprometerem com a convocação de uma Constituinte, em especial Dilma Rousseff.

Oportunismo eleitoreiro

Os pretensos representantes da IV Internacional no Brasil precisam de um argumento para justificar mais uma vez a defesa do PT e de Dilma Rousseff. Negam-se a expor o caráter de classe do governo petista. O assistencialismo de Lula e Dilma e as quirelas acrescentadas ao salário mínimo não foram suficientes para esconder o seu rosto burguês. Os petistas de esquerda, porém, continuam a pintá-lo com as cores da indefinição. O confucionismo é a forma de esconder sua própria política de sujeição ao falido reformismo petista.

Lula governou para a classe capitalista. Ganhou em geral sua aprovação. Dilma também governa para os capitalistas, mas não conta com a unanimidade de seu progenitor. Mesmo no PT e na CUT, há resistência à reeleição de Dilma. Não são poucos os que queriam a volta de Lula. O caudilho serviria para retocar a face burguesa do governo Dilma, com tons populares.

A campanha pela Constituinte Exclusiva não passa de uma manobra eleitoral. Os reformistas e socialdemocratas do PT de esquerda precisam de uma bandeira democrática para pregar o voto em Dilma.

Apropriação indébita

Eis o que diz “O Trabalho”: “A grande maioria, ligada a movimentos populares, estudantis, culturais e principalmente sindicais, expressava a continuidade do sentimento que explodiu nas ruas em junho de 2013, numa mobilização que colocou na ordem do dia a luta pela Constituinte.”

O governo petista, tanto quanto os demais governadores, de indistintos partidos, foram surpreendidos pelas massas nas ruas, exigindo redução tarifária, saúde e educação públicas. Brasília viveu dias de explosão popular para o PT nunca se esquecer de que as massas estão bem vivas, apesar da política anestesiante do lulismo.

A juventude oprimida e os explorados recorreram ao método de luta próprio. Ganham as ruas, montaram barreiras, cercaram o Planalto, as sedes de governos e as prefeituras e enfrentaram a brutal intervenção policial. Dilma, não podendo dar resposta concreta às necessidades da população oprimida pela classe capitalista, lançou sem mais nem menos a bandeira de reforma política a ser realizada por uma Constituinte.

Bastou o PMDB dizer não e toda a imprensa escrachar a Presidenta para o governo recolher sua bandeira. Não passava de uma fraude.

O PT, CUT e toda burocracia sindical ficaram à margem dos acontecimentos de junho. Depois disso, “O Trabalho” e uma fração parlamentar petista tomaram a iniciativa de Dilma para inflar o balão furado da Constituinte. Os oportunistas de plantão recorreram à luta das massas para justificar socialmente o democratismo eleitoral.

Projeto do futuro

Diz o “Diálogo Petista” (um circo da oposição oportunista à direção majoritária do PT): “Nesta campanha eleitoral, o PT tem que se alçar e apresentar um projeto do futuro.”

Projeto do futuro? O PT está no poder do Estado há quase 12 anos. Lula contou com amplo apoio popular. Utilizou-o para arregimentar os sindicatos, as centrais, o MST e UNE. Qual foi o resultado? Fortaleceu o poder da burguesia. Criou a Força Nacional de Segurança Pública.

Os “esquerdistas” do PT ficaram bem quietinhos diante desse reforço de Lula à ditadura de classe da burguesia. Os democratizantes ocultam o essencial do governo petista – o exercício do poder da classe capitalista sobre a classe operária e os demais explorados.

Os marxistas (“O Trabalho” ainda se reivindica do marxismo) não apoiam um governo burguês porque é mais democrático e condescendente com os famintos (Bolsa Família, quirela

para o salário mínimo). Por meio da luta de classes, lutamos por um governo proletário – operário e camponês –, pela destruição da ditadura de classe da burguesia e constituição da ditadura de classe do proletariado.

A estratégia revolucionária é estranha aos revisionistas, reformistas e social-democratas. O seu Projeto de Futuro não vai além da ficção democrática.

Abstração das classes

De fato, os “socialistas” e “trotskistas” do PT abandonaram a doutrina da luta de classes. As formulações sobre a Constituinte não vão além de lugares comuns.

Na leitura do Jornal “O Trabalho” (N. 747, 748), tropeçamos a todo instante com cretinismo parlamentar e com um “populismo” barato. Os lambertistas chegaram à conclusão de que “as instituições já desgastadas foram abaladas pelas manifestações de junho”. Uma reforma política as revitalizaria. Caso a Constituinte resultasse de um “Plebiscito Popular”, fosse “unicameral” (fim do senado oligárquico), “proporcional”, “sem financiamento empresarial” e “com voto em lista” (plataforma), poderia fazer as reformas, entre elas a reforma agrária.

O pressuposto de que o Senado, distintamente da Câmara Federal, é oligárquico, não reflete a realidade. A oligarquia é a forma histórica da formação e desenvolvimento da classe burguesa. Uma de suas particularidades no Brasil é a de se estruturar sobre a base da propriedade latifundiária da terra e a de conservar domínios regionais. Mantém-se entrelaçada com a fração comercial, industrial e financeira. Sobre a burguesia nacional, que é oligárquica, atua o imperialismo. O controle de ramos estratégicos da economia, inclusive agrários, pelo capital externo potencia o caráter oligárquico da burguesia brasileira. O Estado, portanto, foi e será condicionado pela oligarquia enquanto o proletariado não o destruir, por meio da revolução social.

A tese da democratização do Estado e liquidação da oligarquia se mostrou inviável. Coube ao PT mostrá-la na prática. Para chegar ao poder pela via eleitoral, teve de cumprir as exigências do grande capital (“Carta ao Povo Brasileiro”, de Lula) e de se sujeitar à aliança oligárquica com PMDB.

A posição dos lambertistas de “refazer instituições” corresponde às formulações originais da democratização do Estado e constituição de um governo democrático e popular – uma abstração da ditadura de classe da burguesia e do caráter burguês do governo. Trata-se de uma posição contrarrevolucionária.

Passo em falso

Os socialdemocratas de esquerda procuram resguardar-se dos perigos de suas imposturas. “A reforma do sistema político não vai resolver, por si só, todas as demandas reprimidas no nosso país” (...). “A reforma do sistema político é apenas um primeiro passo para abrir a via para que as mudanças profundas sejam feitas”. O certo é que se trata de um passo em falso.

Nenhuma reforma política, por mais democrática que seja, atenderá as necessidades mais elementares das massas. Não há possibilidade de arrancar do poder do Estado a oligarquia por meios democratizantes. Esta, assim, ditará em qualquer circunstância o que é do seu interesse. Jamais coincidirão e se compatibilizarão as necessidades dos explorados com as dos

exploradores. A correlação de forças antagônicas no seio das instituições estatais sempre implicará a subordinação dos explorados.

Não se deve esperar que, sob o governo burguês, venha a se instalar uma Constituinte em que a classe operária, os camponeses e demais oprimidos possam exercer sua soberania. “O Trabalho” pretende que Dilma Rousseff tome para si a convocação de uma Constituinte Exclusiva e que sirva de canal para as massas se expressarem. Não há nisso um só pinga de seriedade. Se os explorados dependerem desse passo, estarão perdidos.

A luta democrática

As reivindicações e tarefas democráticas passaram para as mãos da classe operária. Serão conquistadas e resolvidas por meio da luta de classes, portanto com os meios e métodos revolucionários. Nada sairá pela vontade dos partidos burgueses (o PT faz parte da ordem capitalista) e por meios legislativos. As bandeiras de independência nacional, de reforma agrária, de superação dos desequilíbrios regionais, do fim do analfabetismo, pelo acesso universal ao ensino, à saúde, etc. se opõem ao conjunto da política burguesa.

O capitalismo em decomposição mundial não comporta mudanças em favor das massas. As reformas que de fato resultem em transformação dependem do proletariado conquistar

Renúncia de Randolfe

Pelo visto, a pesquisa eleitoral derrubou a candidatura de Randolfe (PSOL) à presidência da República. Mas o argumento para o gesto foi o de que não estava de acordo com a posição do partido em participar do movimento “Não Vai Ter Copa” e de que sua candidatura não unia a militância.

O certo é que avaliou os riscos de uma fraca campanha e de uma baixa votação (o PSOL provavelmente não terá nunca mais uma Heloisa Helena). É melhor para a carreira de Randolfe disputar o cargo de governador do Amapá. Tudo indica que esta informação é correta.

Mas vejamos o argumento de que não está de acordo com o movimento contra a Copa. O ex-candidato diz que não é certo gastar R\$ 8 bilhões em estádios faraônicos quando existem no Brasil 17 milhões de analfabetos. Poderíamos acrescentar ao número de analfabetos a situação da moradia, saneamento, saúde, educação, transporte coletivo, etc. Mas essa denúncia foi exaustivamente feita pelo movimento de rua, que Randolfe condena.

O seu partido, ou melhor, uma parcela do PSol, resolveu participar das manifestações com intenções eleitoreiras. Sua esperança é a de pôr em pé um partido capaz de canalizar os explorados para a democracia burguesa. Não foi isso que fez o PT? Não foi esse o seu êxito?

Ocorre que os seus ativistas ainda expressam as pressões dos movimentos. A burocracia do partido - constituída pelos parlamentares, assessores e outros profissionais da política - não vê com bons olhos a inclinação para a esquerda de uma parcela da militância, iludida com a possibilidade de um partido eleitoral de massa capaz de promover as reformas que o PT não cumpriu.

Os dirigentes do PSol mais adaptados à política parlamen-

posição junto à maioria oprimida e conduzir a luta sob a direção do partido marxista-leninista-trotskista. O combate pelo poder poderá colocar a convocação de uma Assembleia Constituinte Revolucionária. Neste caso, será expressão da aliança operário e camponesa.

A esquerda petista, no entanto, nega-se a denunciar para as massas medidas como a criação da Força Nacional de Segurança Pública e o entreguismo de Dilma Rousseff. “O Trabalho” reclama que o governo não está respondendo às aspirações da população, mas não o combate. Faz alarde pela volta das tropas brasileiras do Haiti, mas não mostra aos explorados que o PT é responsável pelo que fez Lula e pela que faz Dilma.

A luta democrática do proletariado se volta contra a burguesia e seu Estado. O que a esquerda petista pretende, porém, é subordiná-la às manobras dos partidos burgueses. Não se veem os adeptos do “Diálogo Petista” saírem a campo pela derruba da Lei antigreve. Não exigiram perante os explorados que Lula a revogasse e que Dilma a revogue. Pedem a desmilitarização da polícia, mas estão com o governo que potencia o poder de repressão do Estado.

A posição do “O Trabalho” está do lado oposto da luta democrática do proletariado. Está aí por que o POR denuncia a bandeira da reforma política. Rechaça a farsa do Plebiscito Popular e da Constituinte Exclusiva convocada por Dilma Rousseff.

tar ficaram abismados com as denúncias da direita contra o partido no Rio de Janeiro no caso da morte de um jornalista atingido por um rojão. A falsificação que atingia o deputado estadual Marcelo Freixo foi facilmente desmascarada, mas alertou a ala direita do PSol sobre os riscos de sua base se envolver em conflitos de rua.

A rejeição de Randolfe ao movimento Não Vai Ter Copa, provavelmente, é compartilhada por uma parcela da burocracia e politiquinhos do PSol.

Os conflitos de rua, marcados pela atuação dos Black Blocs, despertou aversão de uma camada da classe média. Bastou essa constatação, para a esquerda democratizante avaliar que eleitoralmente não é bom. Há que acrescentar o fato dos petistas lançarem-se numa campanha contrária. A defesa da Copa estaria de acordo com o sentimento popular e com a cultura do povo brasileiro. O futebol, enfim, é patrimônio nacional, dizem.

Não é de estranhar que até mesmo uma corrente considerada esquerdista (ou ultra-esquerdista), como o PCO, condenou as manifestações, levantou a taça da Copa e posou de comentarista esportivo. Simplesmente, parte da esquerda capitulou diante da farsa burguesa de que o futebol faz parte da natureza dos brasileiros. Mesmo entre os participantes do movimento de rua, há aqueles que se colocaram por não afetar o sentimento do povo brasileiro, a exemplo do PSTU (também eleitoreiro). Mas a classe operária e os famintos compreendem perfeitamente que são arrastados pelo portentoso comércio esportivo, basta explicar sobre a base de suas experiências e com a defesa de suas reivindicações.

É claro que a bandeira Não Vai Ter Copa é simbólica. Os movimentos se serviram do acontecimento para pôr nas ruas

suas reivindicações e para protestar contra os interesses capitalistas envolvidos no mega-evento. O POR levantou a bandeira inequívoca de “Abaixo a Copa milionária dos capitalistas e de seus governos”. Negá-las resulta em posição reacionária, pró-governo. É claro que a grande imprensa usou o questionamento sobre os fantásticos gastos com a Copa para potenciar a oposição burguesa a Dilma Rousseff. Mas as massas nas ruas com suas próprias bandeiras não se confundem com as disputas interburguesas, pelo contrário.

A explicação de Randolfe para a renúncia de sua candidatura, ainda que não seja a principal causa, põe à luz as condições internas ao reformismo pequeno-burguês, que caracteriza o PSol. Está de acordo com as divergências no interior do conjunto das esquerdas.

Vejamos outro aspecto. Randolfe indicou para ocupar seu lugar o deputado Marcelo Freixo, que prontamente rechaçou a indicação. A sua carreira política está na candidatura à prefeitura do Rio de Janeiro – aspira ao posto de governador. Luciana Genro, que fracassou eleitoralmente como candidata ao governo do Rio Grande do Sul, por seu turno, recebeu a notícia como um presente. Pelo visto, não tem nada a perder. Não precisa se preocupar com as pesquisas eleitorais. A convenção do PSol ainda decidirá quem será o candidato à presidência.

Mossoró – Rio Grande do Norte

O que (não) mostra a eleição suplementar

Depois da cassação da prefeita eleita Claudia Regina (DEM), a Justiça Eleitoral determinou eleições suplementares em Mossoró. O motivo é o abuso do poder econômico nas eleições pela governadora do Estado, Rosalba Rosado (DEM). Foram mais de 11 vezes que a cadeira do poder municipal ficou vazia e Claudia Regina voltou.

A crise política na Prefeitura de Mossoró resultou da briga interburguesa entre o Ministério Público Estadual e o governo do estado. A judicialização da política é a máscara pela qual a burguesia continua sua luta pelo controle da direção do Estado, aqui no caso, municipal. Larissa Rosado (PSB), parente de Rosalba, perdeu as eleições, mas provavelmente está por trás da ação do Ministério Público. Rosalba, por sua vez, tem estampado na TV local os altos salários da justiça potiguar como retaliação ao Ministério Público.

Os cronistas políticos dos principais jornais locais, inclusive da academia (UFRN), têm colocado a eleição de Francisco José Júnior (PSD) para prefeito e Luís Carlos (PT) para vice como demonstração de uma tendência no segundo maior colégio eleitoral do estado da possibilidade de deixar para trás as “velhas raposas políticas”. Nesse sentido, a população de Mossoró teria votado pela mudança, abandonando, finalmente, depois de várias décadas de dominação política, o controle dos Rosados da cidade. Prognosticam a possibilidade de que nas eleições estaduais haja uma tendência da população em votar na mesma direção.

Mercadores da escrita, jornalistas e cientistas políticos comprometidos com o dinheiro são pagos para forjar panoramas políticos. Essa seria a justificativa mais plausível para afirmação de tamanho disparate por homens considerados tão cultos pela sociedade capitalista.

A eleição de Francisco José Júnior (PSD) não representa ne-

É bem provável que a nova situação do PSol abre caminho para o PSTU retomar sua bandeira de Frente de Esquerda. Os morenistas devem ter comemorado. Para o PSol, a renúncia de Randolfe não ficará impune. Indica que o partido está mergulhado em profunda crise. Conta com o crescimento eleitoral para sobreviver.

As inúmeras correntes – há algumas que se pintam de trotskistas – devem estar se agitando em torno do destino que lhes aguarda. É possível que uma pequena parcela da militância de base venha a reconhecer o erro de terem se comprometido com o reformismo e o com o eleitoralismo, em nome do marxismo. A crítica e a autocrítica política é o caminho necessário.

A tarefa consiste em pôr em pé o partido marxista-leninista-trotskista. Não se trata de uma tarefa imediatista. Notamos que uma fração da esquerda reformista e centrista procura encurtar caminho pela via da adaptação a setores da pequena-burguesia que se mobilizam e ao democratismo que se desprende da situação política. Ao contrário, temos pela frente o objetivo de superar a crise de direção. A vanguarda que o abraça tem de formular o programa da revolução proletária no seio dos explorados. Não se pode avançar um milímetro se se adia, afasta ou oculta a estratégia do poder que é a ditadura do proletariado.

nhuma ruptura com a política oligárquica da cidade. Filho de Francisco José, que antes estava no PSB, sempre acompanhou o pai em sua trajetória política de apadrinhado de Larissa Rosado. Seu pai ganhou projeção e fama política, chegando inclusive a deputado estadual, sob as hostes da fração dos Rosados, ligados a Larissa. Ao ser preterido pelo grupo político em detrimento da ambição de Larissa de ser prefeita de Mossoró, Francisco José Júnior baldeou junto com seu pai do PSB para o DEM. Como todo político burguês, as siglas partidárias não passam de legendas possíveis para os seus interesses aos cargos eletivos do sistema eleitoral da burguesia. A troca da legenda, aparentemente tão diferentes, como o “socialista” PSB com os neoliberais do DEM, é porque ambos defendem o regime capitalista.

Com o deslocamento de um bando de políticos burgueses do DEM para o PSD, em virtude da força do controle do Executivo nacional pelo PT, formou-se um “novo” partido para abrigar os antigos opositores agora arrependidos. Pensam nas verbas públicas, nas eleições presidenciais, nas emendas do orçamento no Congresso, enfim, no grande negócio que é o sistema político da burguesia. Nada de ideias, nada de resolução dos problemas da saúde, educação e moradia, etc. Mas, unicamente pensam e agem por seus interesses monetários. Portanto, Francisco José Júnior (PSD) não representa a ruptura com a política oligárquica local.

É verdade que não é o prolongamento dos caciques mais renomados dos Rosados. Porém, nem por isso representa uma ruptura. A prefeitura de Mossoró caiu no colo de Francisco José Júnior, um político sem expressão na cidade, nem sequer chega perto do carisma e popularidade de seu pai, foi alçado a prefeito da cidade por causa da grande crise política. A prefeitura, depois da cassação da prefeita e de seu vice, foi assumida

pelo presidente da Câmara. Este, por sua vez, renunciou também em virtude de denúncias de corrupção. Assumiu Francisco José Júnior (PSD). Conseguiu eleger-se prefeito porque soube utilizar a máquina no pequeno espaço de tempo em que a comandou. E vale lembrar que não se distanciou dela ao ser candidato (fato que Larissa Rosado está explorando para impugnar sua candidatura – continua a novela).

Se o eleito a prefeito de Mossoró fosse Luís Carlos do PT, talvez fosse possível encontrar alguma suposta lógica na análise dos cientistas políticos da burguesia. O PT de Mossoró foi, junto com a cidade de Caxias, uma das poucas cidades onde o PT local se negou a seguir a política de aliança burguesa do PT nacional. Só foi disciplinado através do Encontro Nacional do PT, mas a militância local não se empenhou nas candidaturas impostas.

Se o vencedor das eleições à prefeitura de Mossoró fosse Luís Carlos do PT, então poderia ser cogitada uma diferença. Isso no caso de se considerar a influência da Pastoral Operária (PO), da CPT, da Tendência Marxista (TM), do PCBR e da Democracia Socialista (DS), enfim, correntes políticas históricas no PT de Mossoró. A TM e a DS sempre disputaram o diretório local. Somente assim seria possível encontrar alguma lógica nas análises citadas.

Mas mesmo considerando essa última possibilidade (a da influência da esquerda pequeno-burguesa), os analistas burgueses ainda não conseguiriam provar sua tese de ruptura com a oligarquia. O fato do PT de Mossoró consentir em fazer uma aliança com os dissidentes do DEM (PSD), de se submeter ao Encontro Nacional do PT que impôs uma aliança com um setor da oligarquia, é uma demonstração de quanto estão adaptados ao jogo eleitoral oligárquico. Quanto à esquerda petista (TM e DS), capitula diante da aliança do PT com o PSD.

RESULTADO DA ELEIÇÃO SUPLEMENTAR DE MOSSORÓ

CANDIDATOS	VOTOS	PERCENTAGEM
Francisco José Jr (PSD)	69.915	51,98
Larissa Rosado (PSB)	37.053	27,55
Cinquentinha (PSOL)	03.825	02,84
Josué (PSDC)	03025	02,25
Gutemberg Dias (PCdoB)	02.265	01,68
Branco	04.428	03,29
Nulos	15.000	11,15
Comparecimento	134.511	81,55
Abstenção	30.429	18,45

Bahia

Comitê contra a Repressão lança a Cartilha “Lutar não é crime”

No dia 10 de junho, o Comitê contra a Repressão lançou em Salvador-BA a Cartilha “Lutar não é crime”, elaborada coletivamente pelas entidades e organizações que compõem o Comitê.

A Cartilha faz a denúncia da aplicação pelo Estado e governos das Leis Repressivas como o Código Penal, a Lei de Segurança Nacional (LSN), a Lei antigreve, a Lei Geral da Copa (Lei 12.663/2012), a Portaria Normativa 186/2014 do Ministério da Defesa, que já são aplicadas sistematicamente às lutas sociais e aos manifestantes, além dos projetos que estão sendo discutidos no parlamento, que transformam lutadores e manifestantes em terroristas, a chamada Lei Antiterrorismo.

Se analisarmos o quadro acima, é possível perceber que a quantidade de votos em Larissa Rosado (PSB), a grande quantidade de votos nulos e a imensa abstenção não permitem afirmar que houve a derrota dos Rosados e a inclinação da população trabalhadora para uma ruptura com a dominação oligárquica. Os analistas burgueses fizeram um alarde sobre a ruptura procurando influenciar o voto nas eleições estaduais em prol dos seus candidatos tidos como anti-oligárquicos, ao estilo de Francisco José Jr. (PSD) (Robinson Farias, vice-governador atual, ex-aliado do DEM; ou até mesmo fortalecer uma possível candidatura de Vilma de Farias do PSB, dissidente da oligarquia Maia).

É bem verdade que Larissa Rosado (PSB) teve uma queda acentuada em relação à sua votação anterior. Mas não é possível afirmar que grande parte de seus votos foi canalizada para o PSD. Sua candidatura ficou sob ameaça de anulação judicial durante toda a campanha e, até o final da apuração dos votos, não se sabia ao certo se a sua ela seria impugnada ou não. Isso é tão verdade que, em alguns meios de comunicação, os votos de Larissa foram computados como votos nulos, elevando seu número para 52.053 votos, ou seja, 38,7% dos votos. Muitos de seus eleitores não puderam expressar seu apoio em uma candidatura que poderia ser anulada.

Rosalba Rosado (DEM) não conseguirá ser candidata à reeleição. E, se fosse, seria possível que não vencesse. Será então, provavelmente, candidata a prefeita de Mossoró. Nunca perdeu uma eleição dentro de Mossoró. Para governadora, teve 80% dos votos na cidade. Com exceção da prefeitura atual, o grupo político de Rosalba Rosado e Carlos Augusto sempre manteve o controle do executivo municipal. Candidata à prefeitura, Rosalba Rosado terá a oportunidade de demonstrar aos analistas burgueses adversários o quanto são apressados em seus prognósticos de enterro da dominação oligárquica dos Rosados. O poder econômico e atrelamento ao aparelho do Estado se mostrarão nas eleições.

O fim da dominação da oligarquia depende dos explorados conquistarem a independência de classe com seu partido revolucionário. Dentro da ordem burguesa, não é possível haver ruptura política em Mossoró com a dominação oligárquica. Os eleitores de esquerda pretendem criar a ficção de fim do poder oligárquico pela via das eleições. Mas as eleições são o campo do domínio ideológico e político da burguesia, e não da soberania das massas. Não por acaso, são ferrenhos adversários da construção do partido revolucionário.

As consequências são a repressão, as prisões e processos de centenas de manifestantes em todo o país desde as jornadas de junho/julho de 2013. Nas manifestações contra a copa não será diferente. O governo federal de Dilma Rousseff (PT) e governos estaduais armaram e treinaram as forças de repressão (Exército, Força Nacional e polícias militares) no sentido de garantir a ferro e a fogo a realização da Copa do Mundo.

Além de somar-se às manifestações, o POR tem construído os comitês contra a repressão como resposta à necessidade de autodefesa dos lutadores e manifestantes, garantindo a defesa política e jurídica coletiva frente ao avanço da criminalização e da repressão estatal.

Que o prefeito atenda às reivindicações dos servidores públicos do município de Alto Alegre dos Parecis

Desde o dia 25 de março, os servidores públicos municipais de Alto Alegre dos Parecis estão em greve. São quase 80 dias de paralisação. O eixo da longa paralisação é a reposição salarial e melhores condições de trabalho.

Alto Alegre dos Parecis, uma pequena cidade num dos recantos da Zona da Mata do estado de Rondônia, é mantida principalmente pela produção agrícola de pequenos camponeses. O funcionalismo público desta cidade é formado majoritariamente por camponeses, que conjugam rendimentos da pequena produção ao salário com o de servidor público para sustentar suas famílias. Portanto, vivem uma situação miserável.

A luta dos servidores do município está mobilizando a população, que comparece às manifestações da greve. No dia 19 de maio, aconteceu uma audiência pública diante da tirania do prefeito, que efetuou o desconto dos dias parados.

O autoritarismo do prefeito contribuiu para fortalecer a luta grevista. A população da cidade e os camponeses compareceram à audiência pública para defender os grevistas. No decorrer da audiência, a população interveio mostrando que o prefeito havia aumentado os impostos em aproximadamente 100% e não havia justificativa para dizer que estava sem recur-

sos para atender às reivindicações dos servidores municipais.

A Corrente Proletária da Educação (CPE), na audiência, defendeu a luta dos grevistas, mostrou a importância da unidade e do apoio da população explorada. Denunciou a miséria salarial imposta pelos prefeitos e ressaltou a importância da defesa do salário mínimo vital (4.200,00 reais), condição necessária para se manter uma família em condições dignas. No Programa “Sabadão Camponês” da Rádio Comunitária da Cidade de Alto Alegre, a CPE defendeu a luta dos camponeses pela terra, a importância da Aliança Operária e Camponesa sob o programa da classe operária e a importância do apoio camponês aos grevistas.

Após a mobilização em torno da audiência pública, o prefeito foi obrigado a voltar atrás e pagar os salários dos grevistas. Mas é preciso que o prefeito atenda as reivindicações. A intransigência do prefeito obriga necessariamente a radicalização do movimento. Uma greve longa e passiva tende a se esgotar pelo cansaço. Está aí por que é preciso a unidade e a radicalização da greve. A experiência ocorrida no dia da audiência pública, que contou com a mobilização da população pobre, deve ser potenciada nas ruas.

Professores Municipais / S. Paulo

Sem luta, a categoria não teria conquistado coisa alguma.

Com a unificação de todos os setores grevistas, conquistaria muito mais

Os trabalhadores em Educação do município de São Paulo demonstraram uma enorme capacidade de resistência com sua greve de 42 dias. Foi um enfrentamento muito duro, devido à intransigência e truculência do governo petista de Fernando Haddad e César Callegari (secretário de Educação). A classe se encontrava esmagada pelas condições de trabalho precárias e salários corroídos pela inflação. Sua resposta foi sair à luta em defesa da Educação pública. Realizou manifestações massivas, rejeitou por várias assembleias as manobras do governo e acampou em frente ao gabinete do prefeito. O movimento ganhou visibilidade e obrigou a gestão municipal a se pronunciar, tendo que, ao final, ceder em pontos que antes afirmava não abrir mão.

No protocolo final, a Prefeitura se comprometeu a enviar Projeto de Lei à Câmara que instituisse o pagamento de abono sobre o piso (já proposto anteriormente, de 15,38%), só que o incorporando ao salário em três parcelas: 5,54% em maio de 2015, 3,74 % em maio de 2016 e 5,39% em novembro de 2016. O PL já foi enviado, aprovado pelos parlamentares e sancionado pelo prefeito. A incorporação, com datas e percentuais definidos, foi um avanço em comparação às propostas anteriores. Esses índices, entretanto, não reporão a inflação do período de três anos, que, mantendo-se a média anual atual (perto dos 6,5%), atingirá cerca de 20%. A tentativa de Haddad de impor um cala-boca aos trabalhadores é evidente. Caberá à categoria retomar o combate posteriormente.

A gestão municipal comprometeu-se também a debater e elaborar portarias sobre as reivindicações de intervalo dos CEIs (antigas creches), o SGP (Sistema de Gestão Pedagógica, meio informatizado de registros de aula, notas e planejamentos) e regulamentar a aplicação das novas referências no plano de carreira dos docentes e gestores. Reafirmou as mudanças nos critérios do PDE (Prêmio de Desempenho Educacional) e a garantia da isonomia entre ativos e aposentados. E prometeu pagar os dias parados mediante reposição, com planos elaborados e aprovados pelos Conselhos de Escola.

No entanto, logo após o término da greve, a ação do governo demonstra uma tendência ao descumprimento dos acordos, assim como fez no ano anterior. Dizemos isso, pois, no dia seguinte ao fim da greve, o governo publica uma portaria de reposição que engessa completamente as escolas na elaboração do calendário de reposição. Esta portaria tem caráter punitivo, pois obriga as escolas a utilizar todo o recesso antes de poder optar pelos sábados, e demonstra que o governo dará continuidade à política de ataque aos direitos dos trabalhadores, e que a rápida aprovação e sanção do reajuste salarial não passou de um freio ao movimento, que poderia ter se potenciado por meio da unidade com outros setores em greve às vésperas da copa do mundo de futebol.

A conjuntura política do país abria uma brecha para ir além do que foi conquistado e impor uma derrota mais profunda ao governo. Por esse motivo, a **Corrente Proletária na Educação – POR** votou pela

continuidade da greve. Suspender o movimento, acatando o acordo proposto pelo governo, sem o atendimento das demais bandeiras da pauta significava um recuo. Não há qualquer dúvida de que o movimento se vê obrigado, em certas situações, a dar um passo atrás. Mas cabe discutir em quais condições. Recuar quando o movimento ainda tem potencialidade para crescer e ganhar força significa abrir mão das conquistas possíveis. Foi o que aconteceu na assembleia do dia 3 de junho.

O risco da desmobilização em razão da proximidade do recesso não eliminava outro fator mais poderoso. Havia um ascenso grevista que atingia vários setores em São Paulo, como os metroviários, as universidades estaduais, o funcionalismo público municipal, a CET, entre outros. Os movimentos por moradia têm feito manifestações quase que diariamente. As mobilizações contra a Copa do Mundo de futebol também têm tomado as ruas da cidade. Isto é, as condições para a constituição de uma poderosa coluna, massiva e unitária dos oprimidos estavam dadas. Nesse aspecto é que reside o equívoco do recuo, pois além de sairmos da greve com a negociação de uma pauta rebaixada, também se enfraquecem os demais setores em greve, já que os isolou ainda mais.

A responsabilidade pela não unificação é das direções corporativistas. O argumento quase sempre tem sido o da particularidade de cada pauta e da autonomia dos movimentos. Por trás dessas palavras sempre está o receio de perder o controle de suas bases e também as divergências políticas, principalmente as relacionadas ao apoio a esse ou aquele governo. Na Apeoesp (sindicato dos professores estaduais de São Paulo), por exemplo, a negativa em apoiar a luta dos municipais se deu em função da direção estar nas mãos da corrente Articulação Sindical (PT), que não queria encampar combate algum ao governo de Haddad, do mesmo partido.

O que comprova que corporativismo e burocratismo andam lado a lado, pois divergências políticas não são justificativa suficiente para romper a unidade na ação, quando se trata de encaminhar o combate pelas reivindicações. Pelo contrário, devem ser resolvidas no campo da democracia operária. Os trabalhadores só têm a ganhar com a unidade de suas fileiras. A luta pelas necessidades mais sentidas permite

avancar a consciência e coesão dos explorados a partir da própria experiência. A contenção e divisão das forças dos trabalhadores agem no sentido contrário, como fez Claudio Fonseca e a camarilha que dirige o Sinpeem, o maior sindicato da categoria.

Aqui vale destacar que a luta obrigou a burocracia sindical liderada por Fonseca a cumprir os ditames da base em várias circunstâncias, contra a sua vontade. A intransigência do governo significou uma trava, impedindo que o caudilho comparecesse com qualquer migalha como se fosse uma grande vitória, a exemplo de anos anteriores. O governo não cedia, a revolta dos trabalhadores aumentava e a margem de manobra de Fonseca diminuía. Teve de engolir a proposta de acampamento, que emergiu de um setor de professores independentes. A falta de democracia nas assembleias contribuiu para que o acampamento fosse decidido a princípio por fora do sindicato, mas acabou por obrigar a burocracia a acatar a ação quando esta foi aprovada em assembleia pela categoria.

O bloqueio imposto pela direção à unificação com outros setores foi sua tábua de salvação. Assim, pôde recuperar o controle da situação e colher os frutos dos êxitos parciais da categoria.

A Corrente Proletária na Educação – POR defendeu unir os explorados em torno das bandeiras de defesa do emprego e do salário. Em uma conjuntura de ataque da classe dominante e seus governos, que pretendem descarregar os efeitos da crise econômica sobre os ombros dos trabalhadores, essas bandeiras tornam-se urgentes. A inflação compromete o sustento das famílias, direitos históricos são ameaçados. Daí a importância das reivindicações de salário mínimo vital, escala móvel de reajuste, estabilidade no emprego e escala móvel das horas de trabalho.

A unificação das lutas partindo dos interesses coletivos dos explorados e a aplicação do método da ação direta são os meios para impor as reivindicações e permitem à vanguarda orientar o instinto de revolta para a generalização e coesão da maioria, permitindo passar da luta defensiva à ofensiva, das ações parciais para as ações gerais. E assim, elevar o choque dos explorados contra a burguesia e seus governos, colocando as reivindicações no plano mais elevado da luta política contra a exploração capitalista e a opressão de classe.

IFSP – São Paulo

Suspensão da greve é FIM DA GREVE!

Em 13 de junho, houve uma assembleia extraordinária, convocada pela direção do sindicato da seção SINASEFE –SP, que pôs fim a greve sob o falso discurso de suspensão da greve, 16 votaram a favor da suspensão e 12 pela manutenção da greve. **O Comando Nacional de Greve, incluindo o presidente e o vice-presidente do sindicato, se colocou majoritariamente pela suspensão.** Foram 53 dias de greve isolada, boicotada pelas direções do movimento e fragilizada pela falta de ação de rua. Nenhuma pauta local foi conquistada e a nacional ainda enfrenta a dura intransigência do governo federal.

Os burocratas ligados à reitoria defenderam que a greve foi prematura, que não houve discussão e isso é o que justificava a sua fraqueza e baixa adesão. São coveiros da greve, diziam satisfeitos que existe diálogo com a reitoria, que haveria como negociar com ela. Greve para quê? Hora tem conselho dali, ou o tal diálogo de lá. Enquanto isso, a direção faz coro com a reitoria. E os trabalhadores ficam sem ter uma resposta à intransigência do governo, que tem como princípio a privatização do ensino público.

Greve isolada e parálítica é uma greve derrotada – a paralisia e isolamento são obras dos centristas

Foram 53 dias de isolamento e de paralisia. Uma greve nacional que não se unificou nacionalmente. Nasceu e morreu sufocada dentro do próprio campus. Uma greve que já nasceu derrotada por estar sob uma direção conciliadora que claramente não fez nada para fortalecer a greve por não buscar a via da ação direta, os atos de rua, a unificação com os demais movimentos grevistas. A mobilização, quando existia, se concentrava em Brasília, o último ato foi uma caravana em 6 de maio que reuniu 2 mil pessoas. Desde então, as únicas atividades centralizadas são plenárias num hotel de luxo em Brasília.

O SINASEFE é vinculado à CONLUTAS, dirigida pelo PSTU, que está na direção de várias mobilizações, como na greve dos metroviários, na greve dos funcionários e docentes da USP, a direção estudantil da USP é uma aliança entre o PSol e o PSTU. O ANDES-SN também é vinculado à CONLUTAS, e vem postergando a deflagração da greve. A ANEL é uma enti-

dade nacional estudantil dirigida pelo PSTU.

A central sindical CONLUTAS e a direção estudantil ANEL tinham todas as condições para convocar manifestações de rua massivas, unitárias. Reunir os diversos movimentos grevistas contra o Estado burguês, e arrancar as reivindicações com a força do movimento de massa. Mas não foi isso que aconteceu. A greve no IFSP São Paulo foi derrotada pela política centrista do PSTU, que buscou a greve parlamentar, protocolou em cima de protocolo o pedido de negociação com a Dilma. Buscou inflar artificialmente o quadro de greve. Enchem a boca para dizer que são mais de 160 unidades paradas. **Mas greve não é preenchimento de tabela!** Greve é organizar piquetes para garantir o cumprimento da decisão coletiva, é reunir todos os grevistas, de todos os campi e ir às ruas, nas capitais de cada estado, afetando a produção.

Porque os servidores deflagraram greve

Os funcionários deflagraram a greve porque as condições de vida estão cada vez mais precárias. Os salários estão arroxados, as condições de trabalho estão piorando, a sobrecarga é monumental. A greve tem sua base concreta: trabalha-se muito, ganha-se pouco e vive-se mal, estão aí as razões para se deflagrar a greve. Não é por falta de convencimento, de diálogo. Isso é discurso de quem é contra a greve. De quem defende a reitoria.

A imobilidade de boa parte do sindicato, o boicote de parte dos membros de Comando de Greve às poucas atividades organizadas, levam as bases a não terem confiança e não aderirem em massa à greve. A colaboração com a reitoria é nefasta para o movimento, um exemplo é a direção do sindicato pedir a funcionários em greve para furarem a greve, como foi com o setor que faz a matrícula do SISU, sob o falso argumento de “não atrapalhar os estudantes”.

Declaração do Partido Operário Revolucionário ao movimento grevista da USP

Combater a ofensiva privatizante

O gigantesco crescimento do sistema privado de ensino superior reflete a tendência em minimizar ao máximo o sistema público. O Banco Mundial recomenda aos países semicoloniais que o Estado arque apenas com o nível fundamental. O ideal para a burguesia é que a universidade seja inteiramente privada. É um ramo de negócio que se expande com a ampliação da classe média. Ultimamente, tem atraído o interesse do capital estrangeiro. A burguesia brasileira não vê nenhum problema em desnacionalizar o sistema superior de ensino. As portas se abriram para grandes corporações norte-americanas, inglesas, etc. Um dos objetivos dos investidores é o de impulsionar o ensino a distância.

O governo de Lula foi pródigo em jogar com os dois sistemas, como se fossem complementares e harmônicos. Criou o programa de bolsas de estudo para uma faixa da população pobre, subsidiando o sistema privado com isenção de impostos (Prouni), e lançou o projeto de limitada expansão da universidade federal (Reuni), questionado por sua precariedade. O resultado é que se manteve a tendência privatizante com apoio direto do Estado.

O Congresso acabou de aprovar o Plano Nacional da Educação (PNE) concebido no governo de Lula. Está voltado essencialmente em garantir os interesses do sistema privado. Pressupõe a coexistência do público e privado, certamente. No entanto, estabelece garantias de

A precariedade e a privatização da educação pública e o ataque às condições de vida se aprofundarão e recolocarão a necessidade de novas mobilizações. A greve é a via para combater os ataques desfechados pelo governo/burocracia a mando da burguesia. Mas está colocada a necessidade de superar as direções conciliadoras que esta greve mostrou claramente que estão a serviço dos interesses de uma minoria e não defendem efetivamente as necessidades da maioria.

Unidade ao redor das bandeiras proletárias

O grande número de mobilizações, greves e confrontos com a polícia mostra que há uma ascensão na luta de classes. Os ataques aos explorados não cessarão, serão impulsionados pelo aprofundamento da crise capitalista iniciada em 2008 e que chega com mais força no Brasil, como vem demonstrando os índices de demissão, em especial no setor das montadoras.

A greve se encerrou, mas não cessou a ação da burguesia que despejará a crise no lombo dos explorados, destruindo os serviços públicos (educação, saúde, previdência), aumentando as privatizações, arroxando salário, demitindo em massa. A miséria e a fome se alastrarão.

Para combater a burguesia é preciso reorganizar a categoria ao redor de bandeiras que unifiquem todos os explorados:

- 1) Contra a fome e a miséria: Salário Mínimo Vital com Escala Móvel de Reajuste!
- 2) Contra o desemprego: Escala Móvel das Horas de trabalho!
- 3) Contra o ataque aos nossos direitos: expropriação de toda a rede privada da educação, saúde. Por um sistema único, público e gratuito a todos!
- 4) Fim da terceirização!
- 5) Moradia a todos! Abaixo dos despejos!
- 6) Abaixo as leis repressivas e antigreve. Pelo direito democrático de se organizar e manifestar!

funcionamento e de livre expansão dos negócios empresariais com a educação. Nota-se que o governo petista teve de se equilibrar diante das pressões privatizantes dos capitalistas e das aspirações da pequena burguesia pobre pelo acesso à universidade estatal. Ocorre que o jogo duplo serve à privatização, que praticamente controla o ensino superior.

O movimento estudantil se adaptou em grande medida a essa situação. Sob a direção majoritária da UNE, controlada pelos governistas (PCdoB, PT e satélites à esquerda), alimentou-se a ilusão de que finalmente os pobres teriam acesso à universidade e que a tarefa do movimento estudantil é a de melhorar as condições tanto no sistema privado quanto público. Já não importa a diferença. Para eles, o antagonismo é coisa do passado.

Os governistas – enfeitados com o reformismo – vêm cumprindo a função de ocultar o processo de destruição da universidade pública e de desfiguração da formação científica por meio do ensino a distância. Observamos uma capitulação quase geral perante o projeto empresarial de ensino a distância, seja apoiando-o ou se adaptando a ele pela esquerda. No seio das universidades públicas, abriram-se trincheiras em favor da coexistência do público-privado e da promoção de atividades empresariais. É visível o progresso da mentalidade privada no meio docente. A burocracia universitária se inclina cada

vez mais em se sujeitar à política governamental de fortalecimento da universidade mercantil e de abertura para o capital estrangeiro. Serve de correia de transmissão das diretrizes do imperialismo para a educação na semicolônia.

A crise por que passa a USP – a mais importante universidade do País – é parte dessa conformação a que chegou o sistema de ensino superior no Brasil.

Luta democrática

Nem bem o novo reitor tomou posse, divulgou que a USP está financeiramente quebrada. Segundo Marcos Antônio Zago, a administração está obrigada a utilizar parte de suas reservas para pagar salários. Foi o sinal de que atacaria os funcionários e professores. O que de fato imediatamente ocorreu. As assembleias da Adusp e Sintusp não tiveram outra saída senão a greve. Nesta situação, os privatistas se alçaram. Recorreram aos números. Dos R\$ 3,6 bilhões de poupança, a USP já gastou R\$ 1,3 bilhão.

Como resolver o desequilíbrio? O Reitor começou com o congelamento dos salários. Sabia que enfrentaria uma greve. Evidentemente, essa medida é imediatista e serve tão-somente para pôr às claras a crise financeira. O objetivo maior é o de assinalar o caminho da privatização. A tese de que a USP comporta cobrar mensalidade é antiga. Vem do próprio Estado. Para os setores mercantilistas, não se deve mais comprometer parte do Orçamento estatal com o ensino público. Há que generalizar de vez o sistema privado. Deve-se implantar a gestão empresarial da educação, o que facilitaria padronizar o funcionamento do ensino superior e avançar com a forma on-line (a distância).

As empresas especializadas (Globo, Abril, etc.) estão prontas para ampliar sua ação e dinamizar os negócios com o ensino, apoiadas pelo Estado. A derrubada da cidadela da universidade pública que é a USP abriria um caminho promissor para o empresariado e serviria à burocracia profissional.

O jornal Folha de São Paulo estampou uma pesquisa cuja conclusão tem o endereço bem determinado. Diz que 60% dos alunos podem pagar mensalidades. É, portanto, factível o fim da gratuidade. É sintomático que a Folha recorra ao Prouni. Eis: “Seis em cada dez alunos da graduação têm como pagar mensalidade, segundo critério do Prouni (...).” Dados oficiais da USP indicam que 34% dos alunos vêm de famílias com renda mensal superior a dez salários mínimos (R\$ 7.240). Pelas normas do Prouni, esses estudantes não teriam direito, seja à bolsa integral, seja a 50% de desconto.” Ainda segundo a pesquisa, sem o repasse do governo, a mensalidade na USP seria de R\$ 3.900 para todos os alunos.

Por que então não cobrar de quem pode e conferir bolsa a quem não pode? Não seria justo? Os privatistas recorrem a um valor tirado do ideário do reformismo: “Então, do ponto de vista de justiça social, faria sentido que alunos com melhores condições pagassem mensalidades.” O raciocínio parece lógico e razoável. Mas se trata de uma abstração em favor da privatização. Ao contrário, trata-se de justamente combater as diferenciações de classe diante das necessidades públicas, como ensino, saúde, etc. A bolsa não é um direito democrático, mas uma concessão a uma minoria de uma grande maioria oprimida.

A “justiça social” é uma criação daqueles que procuram enganar os explorados com esmolas doadas pelos exploradores. Não pode haver justiça social no capitalismo. Eis por que não é uma bandeira do proletariado.

A defesa do ensino público corresponde à luta democrática dos oprimidos contra a discriminação (contra a escola e a saúde de classe). Trata-se de uma exigência de que o Estado burguês garanta acesso a toda população à educação (em todos os níveis). É preciso, assim, rechaçar firmemente a ofensiva privatista na USP e desenvolver a luta democrática pelo ensino público.

Arrancar o controle da universidade das mãos da burguesia e de seu governo

A crise da USP recolocou rapidamente a questão de quem deve dirigir a universidade. O reitor eleito não pensou duas vezes em abrir caminho à privatização. A troca de um burocrata por outro cumpriu apenas o ritual antidemocrático com aparência democrática. Remanejam-se as peças da burocracia universitária sem alterar em nada a sua função de submeter a instituição a interesses estranhos a suas atividades científicas. A farsa, portanto, serve à política do governo de Alckmin, que é privatista.

Um dos setores levantou a bandeira da “transparência”. O Ministério Público (MP) prometeu uma investigação. O movimento grevista está sob a influência destas vias distracionistas. Nem a burocracia, nem o Estado (MP) exporão as falcatruas do ex-Reitor e de sua camarilha.

Além da investigação, a crise coloca a necessidade de arrancar a universidade do controle da burocracia e do governo. Uma parcela da vanguarda assinalou a tarefa da autonomia universitária. Aprovou em assembleia no ano passado a luta por um governo tripartite. No entanto, esta não chegou a ser popularizada e assumida pela maioria dos estudantes.

Objetivamente, os impasses e contradições da universidade e em particular a crise da USP colocam o seu controle coletivo. A conservação da burocracia e a intervenção do Estado resultam em sua decomposição. A corrupção e desvios de recursos são um dos sintomas destrutivos da instituição pública apropriada por uma casta parasitária de professores e de funcionários. A desfiguração do ensino científico se deve ao fato de estar desvinculado da produção social. Não se deve, porém, minimizar o papel da burocracia como fator de desfiguração.

Subjetivamente, as forças progressivas da universidade se acham atrasadas em relação às tarefas democráticas e ao enfrentamento com as forças reacionárias e conservadoras. É bem possível que uma camada minoritária da juventude assumirá inicialmente o programa da autonomia universitária e encabeçará a luta por um governo coletivo da universidade (tripartite, com maioria estudantil, eleito pelo voto universal, sujeito à revogabilidade do mandato e assentado na soberania da assembleia universitária). Esse ponto de partida permitirá elevar a compreensão das massas estudantis (e parte dos docentes e funcionários).

Os democratizantes e conciliadores se apoiam no atraso político das bases para combater a constituição da assembleia universitária e do governo tripartite. Argumentam que os estudantes querem apenas democratizar a universidade aperfeiçoando as eleições e aumentando a participação das bases nos seus órgãos de gestão. E que a bandeira do governo tripartite está fora da realidade. A crise da USP mostra exatamente o contrário.

O problema está em que as direções das organizações estudantis (de professores e funcionários) ou são estatizantes (governistas) ou reformistas (democratizantes). As mudanças na situação econômica e política do País atingem a universidade e colocam para os estudantes a superação da inércia. Da situação objetiva emerge o programa da

revolução universitária. É preciso desenvolvê-lo no seio das massas estudantis. Os docentes e funcionários vão se definindo a partir das grandes mobilizações dos estudantes.

Vencer o corporativismo e os particularismos

A greve de professores e funcionários justificadamente eclodiu devido ao anúncio do Reitor de que os salários estavam congelados. No entanto, limitou-se a uma resposta corporativa. No caso, há um claro vínculo entre a crise financeira, a eleição do novo Reitor, a posição privatizante de setores da burocracia e o ataque aos salários.

Os estudantes, por sua vez, foram conduzidos pela direção reformista a simplesmente apoiarem o movimento corporativo. É como se as lutas anteriores – a última quase que se liga à atual – fossem episódios isolados. Trata-se, porém, de um único processo desencadeado pela crise.

As revelações sobre as finanças da USP pelo Reitor e o ataque aos salários colocaram objetivamente a luta pela abertura das contas por uma assembleia universitária. A unidade dos três setores de fato se daria sob a bandeira de uma investigação independente perante o

Estado e à burocracia universitária (braço político-administrativo do Estado).

Se os três setores tomassem em suas mãos a abertura da contabilidade, se chocariam com o Reitor, com a burocracia e o governo. Avançariam o movimento unitário em direção ao governo tripartite. Ao contrário, o corporativismo da Adusp e Sintusp e o seguidismo do DCE evitaram encarar a crise de frente e estabelecer a unidade grevista em torno da investigação independente.

Como será superado o corporativismo e o particularismo? Não vemos outra via senão lutar pelas reivindicações e pelo programa da autonomia universitária. É preciso que a vanguarda popularize entre os estudantes as bandeiras de controle coletivo do ensino e de governo tripartite. Será preciso percorrer um árduo caminho de luta política no seio do movimento, fortalecendo o método da ação direta e organizando a luta em direção à assembleia universitária.

O reformismo e o governismo terão de ser desmascarados e derrotados. A experiência na USP vem avançando neste sentido. A organização da vanguarda por meio do programa proletário possibilitará avanços na luta pela autonomia universitária.

Caraguatatuba / SP

Professora expulsa da escola de tempo integral na rede estadual de São Paulo

O projeto de escola de Ensino Integral implementado pelo Governo do Estado de São Paulo no ano de 2014 na E. E. Dr. Eduardo Correa da Costa Junior, no litoral norte de SP, na cidade de Caraguatatuba, desferiu mais um golpe contra o ensino e os trabalhadores da educação.

Uma das professoras do programa recebeu no dia 03/06 uma notificação de que teria sua designação cessada. O único argumento para a CESSAÇÃO do trabalho da professora na escola é que ela teria excedido em faltas (algumas das quais foram autorizadas pela própria diretora; outras, diziam respeito a convocações no Diário Oficial, órgão de publicação do Governo do Estado, autorizadas pelo governador para participar de atividades da entidade sindical e, outras, ligadas à licença-saúde – licença de 3 dias).

Dentro do programa da escola de ensino integral, todo professor passará por uma avaliação, porém somente a professora foi submetida à avaliação no fim do primeiro semestre e a assiduidade é apenas um dos critérios desta. Os alunos rechaçaram a medida quando souberam e realizaram mais uma manifestação dentro da escola, paralisando as aulas no dia 04/06 para que a professora ficasse.

A professora vem sendo perseguida desde 2013, quando o processo de Ensino Integral começou a ser discutido. Mediante as promessas não cumpridas, os alunos paralisaram no dia 27/03/2014, apresentando uma pauta de reivindicações elementares. Essa ação levou a Diretoria de Ensino de Caraguatatuba a abrir um processo preliminar para apurar os fatos. A perseguição política armou-se, professores, pais e estudantes foram convocados e interrogados. A mentira de 2013, de que a escola será “revolucionada” foi por água abaixo. A professora em questão sempre se posicionou em favor dos alunos, e sempre questionou a implantação do programa de ensino integral, que apresenta uma carga extensa de aula e não oferece uma estrutura mínima para a permanência do adolescente na escola, além de ter significado a exclusão de centenas de alunos e dezenas de professores.

A professora teve direito a “uma defesa”, que foi encaminhada dia 6 de junho e avaliada pelos próprios gestores que indicaram sua cessação da escola. Concluía-se a perseguição e a professora seria expulsa no dia 09 de junho, às vésperas do recesso, sem alunos na escola.

A cessação mexeu na vida de outros profissionais da educação que perderam suas aulas por conta da professora ser transferida para outra escola, já que é concursada. A rotatividade de professores fica agora determinada pela perseguição política. Se o professor começar a opinar contrariamente às posições da Diretoria de Ensino, poderá também ser jogado para outra escola, como acontece agora com a professora. Perseguição política e assédio moral são agora a norma para todos os trabalhadores da educação, inseridos nas escolas de ensino integral da rede estadual. Ou seja, para um professor trabalhar na escola de ensino integral precisa negar todos os seus direitos, garantidos em outras leis, que são anteriores à própria criação desse programa excludente. O professor sequer pode ficar doente.

O programa de ensino integral é uma farsa, não cumpre o que prometeu, exclui professores que fazem críticas e alunos que moram no bairro e não podem permanecer integralmente na escola. É mais uma mentira do governo, propaganda política e não mudança real no ensino, que possui o apoio de diretores e supervisores, mas que ignora sempre a opinião dos estudantes e dos trabalhadores. PELO FIM DA FARSA! FIM DO PROGRAMA DA ESCOLA INTEGRAL!

Diante da escola destruída que temos hoje, defendemos 4 horas na produção e o restante na escola. Sem a garantia de estudo e trabalho a todos, toda proposta de aumento do tempo de permanência na escola significará uma mentira e uma política de perseguição aos trabalhadores da educação, “responsáveis” por reformar uma escola irreformável. Uma nova escola só pode surgir na luta por uma nova sociedade, socialista; parte, portanto, das transformações revolucionárias dos trabalhadores na luta contra o putrefato modo de produção capitalista.

Greve na USP: é preciso responder ao problema da crise orçamentária com uma reivindicação independente da burocracia: convocar a assembleia dos três setores para investigar as contas, determinar as reais necessidades da universidade e constituir o GOVERNO TRIPARTITE

A greve de funcionários, professores e estudantes das universidades estaduais paulistas caminha para um mês de paralisação. Até o último dia 10, três semanas depois de iniciada, a greve estudantil não tinha pauta. Era apenas de apoio à luta salarial que travam professores e funcionários. A assembleia desse dia aprovou as pautas de permanência e cotas como eixos do movimento, juntamente com o apoio à pauta do Fórum das Seis (sindicatos), sem sequer conhecer seu conteúdo. Anexou as demais propostas como bandeiras (pelas quais não se lutará). Tirou um calendário de atividades da semana e manteve o comando de greve com delegação igual para os cursos, estejam ou não em greve.

Uma greve sem a ação dos estudantes

Os informes dos cursos mostraram que a grande maioria dos estudantes não tem comparecido às assembleias de curso. Os cursos em greve estão paralisados por conta da greve de professores. Os estudantes os apóiam, passivamente, em casa. Quando os professores voltarem às aulas, os estudantes correrão para as salas de aula. Essa situação é decorrente da política da direção do DCE (PSTU/PSol), apoiados nisso pelas oposições do PT, MNN e LER-QI, de fazer uma greve estudantil de apoio à luta salarial de docentes e funcionários, e de negar a resposta à crise orçamentária da USP. Apenas o POR e independentes têm defendido que a luta salarial é parte do ataque geral à universidade pública e gratuita, que deve ser respondido de forma independente, por meio da assembleia geral universitária e da investigação e julgamento da burocracia corrupta e privatista, que deve ser arrancada do poder e instituído em seu lugar o governo tripartite. O PCO nega o apoio à luta salarial de docentes e funcionários e propõe uma comissão corporativa para responder à crise orçamentária, causada segundo eles por “incompetência” da burocracia. E é contra o aumento das verbas para a universidade.

Sem reivindicações diretamente ligadas às suas necessidades imediatas, os estudantes não têm se mobilizado massivamente. Apenas uma vanguarda comparece às assembleias de curso e à assembleia geral.

A aprovação de uma pauta de permanência e cotas, que são problemas bastante candentes aos estudantes, ainda não será capaz de alterar esse rumo. Porque não respondem à questão central colocada pela burocracia: a crise orçamentária. Ou se responde a essa questão, vinculando-a com a questão do poder, da real autonomia e democracia universitárias, ou se corre o risco de cair no corporativismo e numa luta parcial que não será capaz de responder de conjunto à brutal ofensiva privatizante que se encaminha pela casta privatista na USP.

A aprovação de uma pauta estudantil sem vincular essas questões à luta salarial e esta à crise orçamentária não leva a uma luta de fato unificada. A “unidade” atual é na verdade submissão política de estudantes aos docentes.

Uma mudança de rumo é necessária

A Corrente Proletária defendeu na assembleia que se votasse o caráter da pauta antes das reivindicações, que deveriam ser en-

cabeçadas pela investigação da crise orçamentária pela assembleia geral universitária. Nosso boletim fez uma avaliação da greve entre os estudantes e propôs medidas para mudar o curso da greve. Uma ocupação da reitoria poderia recolocar a greve aos estudantes que estão distantes, se for capaz de mudar os rumos do movimento, discutindo e aprovando a luta contra a burocracia por meio da resposta à crise orçamentária. Baseamos essa proposta nas experiências de 2007, 2011 e 2013, em que ocupações da reitoria mudaram as bandeiras do movimento e o impulsionaram: em 2007, se aprovou o “abaixo os decretos intervencionistas de Serra”; em 2011, o “Fora a PM e fim dos processos”; em 2013, o “Governo Tripartite”.

A continuidade da greve sem essa perspectiva levará a uma greve sem ações massivas nas ruas (que dependem da presença estudantil), e, na melhor das hipóteses (atendimento parcial das reivindicações salariais) a um desarmamento do movimento para enfrentar os ataques de conjunto que se desenham pela burocracia: cortes de gastos e direitos, demissões, cobrança de mensalidades, maior privatização.

Comando de greve de grevistas

A preservação da forma atual de eleição de delegados no comando de greve o coloca nas mãos da direção do DCE (PSol/PSTU). Diferentemente de 2011, quando os estudantes em massa compareciam às assembleias e elegiam delegados opositores ao DCE, as assembleias esvaziadas de curso são manejadas pelos militantes dessas correntes. A eleição de delegados não expressa a luta pelas reivindicações, métodos de luta e programas, mas o controle de aparato. Isso nos cursos que estão em greve.

Nos cursos que não estão em greve, predomina a eleição de delegados que não grevistas que vão expressar isso no interior do comando. A democracia estudantil, democracia direta, pressupõe que os que discutem e decidem são os que fazem. Mas a forma atual de eleição leva os não grevistas a decidirem sobre a ação dos grevistas, o que é absurdo.

O discurso de que há cursos mobilizados mas não em greve é uma falácia para inchar o comando com delegados das correntes que o defendem.

Permanência e cotas dependem da luta ao redor do orçamento

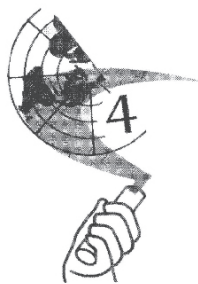
Os estudantes da moradia têm secundarizado, nas assembleias, as bandeiras de luta mais geral do movimento. Insistem que os problemas mais sentidos são de permanência e contra a exclusão racial. Ao pretenderem restringir a luta a essas questões, não percebem que isso vai levar justamente ao não atendimento dessas questões mais sentidas. Porque elas dependem de derrotar a casta burocrática autoritária corrupta e privatista. Ou se levanta um movimento que a derrote ou se imporão medidas de ataques à permanência, racistas, e privatistas. A moradia tem papel importante em todas as mobilizações na universidade. Se a moradia assumir as bandeiras de luta geral contra a burocracia, pode reacender a ação estudantil e avançar na luta que poderá defender efetivamente a permanência e o combate ao racismo da burocracia/governo/burguesia.

Nesta edição:

- Eleições para o parlamento Europeu refletem a crise estrutural do capitalismo
- Sobre as eleições no Egito

Artigos das Seções

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Eleições para o parlamento Europeu refletem a crise estrutural do capitalismo

Entre os dias 22 e 25 de maio, foram realizadas as eleições de deputados para o Parlamento Europeu. Nas eleições dos 28 países membros da União Europeia (UE), se destacou a ofensiva da direita xenofóbica. Mas, o aspecto mais destacado foi o acentuado rechaço popular às eleições, que se refletiu em uma massiva abstenção. Principalmente, nos países mais afetados pela crise econômica e pelas medidas da “troika” (Banco Central Europeu, Parlamento Europeu e FMI) órgãos centrais da burguesia imperialista.

Os resultados demonstram que o Partido Popular Europeu (grupo político heterogêneo que une direitistas, liberais e socialistas) manterá a maioria no parlamento. Porém, perderam uma grande porcentagem de seus votos para as diversas variantes da direita nacionalista. A maior parte do atual governo do bloco, dentre eles destaca-se o da França, não conseguiram um respaldo maior do que 10% de seus candidatos.

É preciso se referir à votação da esquerda democratizante. Especialmente, na Grécia, o reformista Syriza conseguiu uma ampla coalizão nacional dos partidos do regime.

Ascenso eleitoral da direita fascista

As eleições mostraram um significativo crescimento da ultradireita nacionalista, que defende o fim da UE e que cada país retorne às fronteiras nacionais. Sua base social são camadas pequena burguesia, que viram suas condições de vida ser rapidamente corroídas. São movimentos que expressam os crescentes choques interburgueses na Europa. Crescem onde a decomposição da burguesia imperialista é acentuada, principalmente na Inglaterra e França. Pretendem reverter a primazia econômica e industrial de sua competidora alemã. Isso explica o motivo da Frente Nacional, de Marine Le Pen, da França, passar de 3 deputados (2009) a 23 (2014) dos 74 que correspondem ao país. Na Inglaterra, o Ukip (Partido da Independência do Reino Unido) cresceu desgastando a base eleitoral da ala direita dos trabalhistas, obtendo 32% dos votos. Assim como a FN propõe que a Inglaterra rompa com a UE.

Processos similares aconteceram em outros países, mas não alcançaram a dimensão da França e Inglaterra. O Partido do Povo (Dinamarca) obteve 27% dos votos; o Partido da Liberdade (Áustria), mais de 20%; Amanhecer Dourado (Grécia), que reivindica o nazismo, 9,4%; YJobbik (partido nacionalista de direita na Hungria) superou a socialdemocracia com 15%.

As correntes nacionalistas de ultradireita ou abertamente fascista cresceram, porém não puderam desviar o forte rechaço das

massas às políticas de reajustes, expresso no abstencionismo. Em outras palavras: têm crescido corroendo as bases dos partidos “liberais” e da socialdemocracia. O que não é surpreendente: apesar de representarem os extremos em que se dividem, os partidos burgueses (a socialdemocracia e a ultradireita) são essencialmente partidos das camadas médias e nelas se apoiam para desenvolver as posições do capital financeiro.

A impotência do reformismo

A esquerda reformista acompanha o declínio da socialdemocracia, socialistas e trabalhistas. O Partido da Esquerda Europeia, um conglomerado amorfo de estalinistas e reformistas da Itália, França, etc., cresceu na Espanha (Esquerda Unida), manteve-se marginalmente na França (Frente de Esquerda) e na Alemanha (A Esquerda). Em Portugal, diferentemente, entrou em declínio.

Na Espanha, o recuo eleitoral do Partido Popular (PP) e do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) coincidiu com a ascensão de *Podemos*, com um milhão de votos e 5 deputados. Enquanto a Esquerda Unida (estalinista) obteve seis. *Podemos* foi criado apenas há seis meses e pretende canalizar para o eleitoralismo o movimento dos indignados (setores da juventude oprimida, de assalariados, etc.). Na verdade, reflete a profunda decomposição da esquerda conciliadora. Nesse partido oportunista, dissolveram-se recentemente a Esquerda Anticapitalista (um reflexo do NPA francês) e o *Em Luta* (Seção do SWP na Espanha). O *Podemos* se ergueu sobre um amplo setor dos explorados como alternativa eleitoral para os socialistas e conservadores que mergulharam a Grécia na crise e a submeteram à “Troika”. Seu crescimento reflete uma virada à esquerda de milhões de trabalhadores e jovens gregos que, na verdade, se deslocam do partido que vem “suavizando” suas “arestas esquerdizantes”, sob a pressão da burguesia. Ocorre que a esquerda pequeno-burguesa não tem como expressar as tendências revolucionárias dos explorados e servem de desvio eleitoral.

Esquerda “marxista” - uma expressão minoritária

O *Movimento Corrente Vermelha*, na Espanha, que faz parte da LIT-QI, apresentou candidaturas e levantou um programa chamando a um referendo para romper com a UE e com o euro. Outras correntes, entre elas a *Classe contra Classe* (da Fração Trotskista Internacional, do PTS) da Espanha chamou a abstenção dizendo que “nada se decide nas eleições do Parlamento Europeu”. Na França, o “Front de Gauche” (FG), uma aliança eleitoral oportu-

nista formada pelo *Partido Comunista Francês (PCF)* e Jean-Luc Mélenchon, ex-dirigente da socialdemocracia francesa, também de outras organizações menores, como uma fração do *Novo partido Anticapitalista (NPA)*, não se diferenciou das demais variantes reformistas esquerdizantes da Europa, como a Syriza grega.

Na realidade, a NPA aprofundou seu oportunismo misturando sua plataforma de governo com os grupos de esquerda do *Partido Socialista Francês (SPF)*. Por outro lado, *Lutte Ouvrière (Luta Operária)* não representou uma alternativa a essas variantes democratizantes da esquerda de origem marxista. A *Corrente Comunista Revolucionária (CCR, da Fração Trotskista Internacional)* sobrevive ainda como um grupo marginal depois de sua ruptura com a NPA.

A debilidade organizativa e a política da esquerda de origem marxista e trotskista continua, aprofundando seu estilhamento entre correntes que não conseguem se diferenciar pelo programa e não defendem o programa e a estratégia da revolução e ditadura proletárias. A sua debilidade eleitoral se combina assim com seu oportunismo centrista.

O significado do abstencionismo

As abstenções alcançaram 57% em toda a Europa. E chegaram a 70% e 80% na Eslováquia, Croácia, Hungria, Romênia, Polônia, etc. Refletindo desse modo um grande descontentamento com a situação social e desconfiança diante da oligarquia capitalista, seus partidos e organismos que aplicam os planos de ajustes, aprofundando a exploração do trabalho assalariado, saques e a opressão nacional. Nesse sentido, adquirem um claro conteúdo político de instintiva oposição de classe à democracia burguesa como instrumento de opressão da maioria e reprodução das relações sociais baseadas na superexploração. Falta, no entanto, uma política consciente, no lugar do rechaço instintivo, e uma ação unificada continental contra os capitalistas e seus governos.

O lugar da Alemanha na crise

A Alemanha parece ser um caso especial. Os partidos da coalizão que governam o país há décadas mantiveram suas forças eleitorais. Isto se explica, fundamentalmente, porque as condições econômicas do país se diferenciam das condições da França, Inglaterra, Espanha e Itália. Porém, bastaria uma modificação nos valores do intercâmbio do comércio exterior entre os países da Europa para provocar um grande desequilíbrio econômico.

Como a estabilidade econômica alemã depende em grande medida da marcha do comércio europeu, uma brusca modificação das condições de intercâmbio comercial com os países do bloco bastaria para que a economia alemã se afogasse e potenciasse a crise. Essa tendência está presente no crescimento de um “movimento de opinião” nas esferas burguesas e pequeno-burguesas alemãs que estão a favor de ignorar a crise europeia e fechar-se nas fronteiras nacionais. O exemplo mais claro é o do partido *Alternativa pela Alemanha (AfD)*, que surgiu há um ano e que nas eleições europeias obteve 7% dos votos.

Hoje, como tem sido historicamente na Europa, é na estabilidade econômica e política da Alemanha que se encontra a chave da situação política do Oeste da Europa. Observa-se que as margens de manobra da burguesia alemã se estreitam. As forças produtivas mundiais do capitalismo estão em franca contradição com as relações de produção. A Europa ocidental, em particular, reflete o seu avançado amadurecimento e decomposição. É preciso prestar atenção à dimensão que vem tomando a crise na Ucrânia. Não há dúvida de que faz parte dos impasses do imperialismo, que necessita subordinar os países que constituíram a União Soviética.

Estados Unidos Socialistas da Europa

O fracasso da tentativa dos capitalistas de unir o continente resulta inevitavelmente na decomposição da democracia parlamentar europeia. De fato, é uma ficção democrática que acoberta a burocracia posta a serviço da oligarquia financeira.

É sintomático, no entanto, que as eleições tenham servido de meio de expressão para as dissensões inter-imperialistas. As discordâncias se apresentaram claramente dias depois das eleições. A Inglaterra ameaçou se retirar da União Europeia caso Juncker (de Luxemburgo) fosse eleito presidente do parlamento, como queria a Alemanha. França e Itália pretendem investir no italiano Matteo Renzi (primeiro ministro da Itália e um representante da oligarquia financeira do Partido Democrático - PD) em contraposição a Junker, em um claro sinal de limitação do poder da Alemanha. Essas fissuras também mostram que os diversos partidos nacionalistas de direita (Ukip, FN, Amanhecer Dourado, Jobbik, etc.) não formam um bloco comum, pelo menos por enquanto.

Em resumo: a decomposição dos tradicionais partidos da burguesia reflete, com suas formas e ritmos particulares, o fracasso da união capitalista da Europa e da sua superestrutura político-ideológica. Isso não significa que se deve desconhecer sua influência sobre os explorados. A vanguarda deve seguir atentamente a experiência das massas com o parlamentarismo europeu.

A UE, ao unificar politicamente os governos por cima das fronteiras nacionais, criou condições para que a oligarquia imperialista impusesse suas vontades sem resistência do proletariado. A erosão das ilusões democráticas das massas exploradas na tentativa falida de unidade capitalista europeia prepara as condições de sua ruptura com as instituições burguesas, mostra principalmente às massas a necessidade de enfrentar o imperialismo rompendo com os particularismos regionais e nacionais. Essa tendência deve ser enfatizada, explicada e demonstrada paciente e sistematicamente. Nesse processo, se destacará a vanguarda marxista-leninista-trotskista. Não se pode perder de vista que a tarefa chave é a de construir os partidos revolucionários. Os revisionistas do Programa de Transição deram provas suficientes de que fracassaram neste objetivo. A orientação estratégica da bandeira dos Estados Unidos Socialistas da Europa deve embasar a construção do partido-programa.

Ressaltamos nesse sentido um extrato da “Resolução sobre a Situação Internacional”, aprovadas no II Congresso do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), que assinala que: “Ao desfazer as “bondades” da socialdemocracia, se evidencia de corpo inteiro a ditadura de classe da burguesia monopolista. Os explorados que foram cegados pela exploração mundial das potências começam a arrancar as vendas e necessariamente têm de recorrer as reivindicações transitórias, que de fato os defendem da catastrófica situação. A Europa, berço do pensamento marxista, a mais atingida pelo colapso da União Soviética, continua sendo o terreno por onde se consolidará a revolução socialista mundial. O proletariado pode retomar mais rapidamente suas tradições revolucionárias. Os fracassos das tentativas de unificação do continente europeu capitalista eliminando as fronteiras nacionais põe a luz do dia o programa internacionalista dos Estados Unidos Socialistas da Europa”.

A burguesia imperialista europeia e suas variantes fascistas, que por ora apenas despontam, já atacam abertamente as massas. O proletariado instintivamente revolucionário sentirá ainda mais a necessidade de recorrer à luta. A sua vanguarda se verá premiada a recorrer ao programa e às experiências do marxismo-leninismo-trotskismo. O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional – o Partido Mundial da Revolução Socialista – a convoca a fortalecer suas fileiras na Europa.

Sobre as eleições no Egito

A colocação na ilegalidade da maior força eleitoral do país, a Irmandade Muçulmana, *“o único verdadeiro movimento político de massas do país árabe”* segundo o portal de notícias europeu *Euronews*, e o abstencionismo de 60% demonstraram que as eleições egípcias foram uma verdadeira farsa. Segundo informou *Euronews* dias antes dos comícios, a abstenção já se indicava como o instrumento que usariam as massas para denunciar a fraude orquestrada pelo regime. Mustafá Kamel Sayed, professor da Universidade do Cairo, declarou que as eleições *“não serão livres, pois não há nenhum candidato que possa representar o islamismo político, com o qual comunga um setor importante da sociedade”*. Além disso, disse haver participado nas eleições anteriores *“para nada”* porque seus votos *“acabaram no lixo tantas vezes quantas vezes votei, desta forma por que iria votar outra vez?”*. Outra coisa, que estava *“claro que Al Sisi ganhará estas eleições, e para isso não fará falta que votemos. Isto é um espetáculo e as pessoas o sabem, vamos voltar ao velho regime outra vez”*.

Ao final do 26 de maio, os dados preliminares confirmaram essa tendência. Estava comprometida a “legitimidade” com que se pretendia encobrir a sanguinária ditadura burocrático-militar egípcia. Esta se viu obrigada a prolongar as eleições por outros dois dias e a recorrer a ameaças de multas econômicas e processos penais contra quem não fosse votar. Em que pesem as ameaças e as manobras, votou menos de 40% do padrão eleitoral. A maioria nacional desconhecia assim a farsa e resistia às pressões do regime. Em 6 de junho, foi nomeado presidente o ex chefe do exército, Abdel Fatah al Sisi, com 96 % dos votos válidos. Seu único rival, Hamdin Sabahi, obteve menos de 4 %.

Três eleições se realizaram em toda a história do Egito, em um prazo de menos de três anos. As que levaram Morsi à presidência constituíram, talvez, a única experiência de eleições burguesas mais ou menos livres que conheceu o país; isto é, tudo o que poderiam ser sob um brutal regime de exceção política. No entanto, comportou uma crise política quando seu governo pretendeu fortalecer a fração muçulmana no seio do Estado ensaiando medidas de autonomia política frente ao plano de governo que os militares lhe haviam traçado. O golpe contra Morsi, organizado e implementado por al Sisi, encerrou o breve ensaio de democracia burguesa que, ainda com seu caráter raquítico, se constituiu em uma via pela qual podiam expressar-se os interesses de frações aparentadas com o nacionalismo burguês sob a máscara religiosa. As forças armadas e a burocracia estatal preservaram com o golpe contra a Irmandade os benefícios do Estado sobre os quais se reproduzem socialmente. E o imperialismo mantém desse modo ambas as camadas sociais como pivô político sobre o qual se apoia para oprimir o país. Por isso é que o tal de “processo eleitoral” foi “supervisionado” por observadores da União Europeia e África e destacado por estes como “limpo”. O ato eleitoral, “ratificado” internacionalmente, lhe permitirá agora realizar suas manobras e intervencionismo aberto no país em nome de

proteger e fortalecer a “democracia egípcia”.

Está claro que o Egito é governado por uma ditadura a sangue e fogo. Desde o golpe contra Mubarak, o regime assassinou mais de 4 mil manifestantes e mantém mais de 40 mil presos políticos. Com a queda de Morsi, se constituíram tribunais militares e se ditou uma lei que anula a liberdade de expressão, manifestação e organização. As mobilizações são violentamente reprimidas e os manifestantes são presos e condenados sumariamente. Tornou-se ilegal o maior partido e força eleitoral do país, a Irmandade Muçulmana. A justiça do regime condenou à morte mais de 600 militantes dessa organização, entre eles seu líder, Mohamed Badie. Milhares mais foram condenados à prisão perpétua. Morsi, primeiro presidente eleito da história egípcia, será julgado por “terrorismo”. Os julgamentos contra a Irmandade foram resolvidos em dois dias e sequer se garantiu o chamado legítimo direito de defesa. Proibiu-se, além disso, o Movimento 6 de abril (um dos organizadores da revolta popular contra Hosni Mubarak em 2011), acusado de atividades “anti-egípcias”. Seus dirigentes foram proscritos, seus militantes colocados na ilegalidade e suas sedes fechadas. A liberdade de imprensa não existe e se prendem jornalistas acusados de “ameaçar a segurança nacional”.

Essas condições foram preparadas pela contrarrevolução burguesa que começou com a queda de Mubarak e se consolidou com a de Morsi. Ambas medidas tiveram por objetivo abortar a crise revolucionária aberta em 2011. No entanto, essa tarefa podia ser cumprida com a condição de dividir as massas que se alçaram contra o regime. Isto se obteve com a divisão social resultante do intento da islamização do Estado por parte da Irmandade Muçulmana. A fração burguesa assentada na alta burocracia estatal e a cúpula militar conseguiram assim disciplinar politicamente o heterogêneo movimento anti-Irmandade. As eleições de 26 de maio coroaram esse processo histórico.

Resumindo. A “esmagadora” vitória de al Sisi não fortalece o regime, pelo contrário, o debilita por não representar outra coisa que a fachada de que se serve o imperialismo para aprofundar seus ataques contra as conquistas e direitos mais elementares das massas egípcias. Daí que estas não se curvarão docilmente diante da farsa democrática, nem frente ao governo surgido da fraude eleitoral. A grave situação econômica e política impedirá, além disso, que a crise se encerre e o regime se estabilize. Nisso reside a chave da próxima onda da luta de classes no país que espelhará, com suas formas e ritmos particulares, as tendências das massas do mundo em se chocar contra o capitalismo. No entanto, esta contradição só adquirirá caráter consciente se no caldeirão da luta de classes se forje a vanguarda operária e camponesa. E, organizando-se em partido marxista-leninista-trotskista, conquiste penetrar nos explorados e conquistar a hegemonia política da nação oprimida projetando-a a destruir o regime burguês semicolonial por meio da revolução e ditadura proletárias.